



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ ALYFFER BERTO PONTES DE OLIVEIRA

LITERACIA FINANCEIRA NA PERCEPÇÃO DE IDOSOS BENEFICIÁRIOS DO INSS

**JOÃO PESSOA - PB
2020**

JOSÉ ALYFFER BERTO PONTES DE OLIVEIRA

LITERACIA FINANCEIRA NA PERCEPÇÃO DE IDOSOS BENEFICIÁRIOS DO INSS



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel em **ADMINISTRAÇÃO.**

Orientador: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto

JOÃO PESSOA
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha –IFPB, *Campus* João Pessoa

O48l Oliveira, José Alyffer Berto Pontes de.
Literacia financeira na percepção de idosos beneficiários do INSS / José Alyffer Berto Pontes de Oliveira. – 2020.
66 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG.

Orientador: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais 3. Benefício de Prestação Continuada (BPC). 4. Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). 5. Idosos. I. Título.

CDU 64.031-053.9

Bibliotecária responsável Taize Araújo da Silva – CRB15/536



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

PARECER 9/2020 - CCSBA/UA5/UA/DOE/DG/IP/REITORIA/IFPB

Em 1 de dezembro de 2020.

José Alyffer Berto Pontes de Oliveira

LITERACIA FINANCEIRA NA PERCEPÇÃO DE IDOSOS BENEFICIÁRIOS DO INSS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em 01 de dezembro de 2020 ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 01 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SAMP)

Dr. Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)

Orientador(a)

Dra. Rebeca Cordeiro da Cunha Araújo (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Me. Herbert José Cavalcanti de Souza (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Odilon Saturnino Silva Neto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/12/2020 21:21:22.
- Herbert Jose Cavalcanti de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/12/2020 18:46:26.
- Rebeca Cordeiro da Cunha Araujo, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/12/2020 18:19:15.
- Ceres Grehs Beck, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 01/12/2020 17:25:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/12/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 141082

Código de Autenticação: 44e3e18449



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

Dedico este trabalho em primeiro plano ao Soberano **DEUS**, por ser essencial, beneplácito e inconfundível em minha vida, pois tem me sustentado desde o meu nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por guiar o meu caminho a cada dia e por permitir que eu chegasse até aqui, com muita saúde e determinação, sem que houvesse desânimo durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos, que sempre me incentivaram e me apoiaram nos momentos difíceis, além de compreenderem a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Ao meu companheiro e meus dois cachorrinhos Stuart e Zoe, por fazerem com que o meu dia fosse mais sorridente e, principalmente, por estarem ao meu lado quando sempre precisei de apoio para continuar a caminhada acadêmica.

Aos professores, por todos os conselhos, em especial ao meu orientador pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

A todos que participaram de forma direta ou indireta no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

E, por fim, à instituição de ensino IFPB *Campus* João Pessoa, essencial no meu processo de formação profissional, pela dedicação, e por tudo o que aprendi ao longo dos anos do curso.

“A maioria das pessoas está concentrada demais em ganhar dinheiro. O que elas deveriam realmente focar é a sua educação financeira.”

(Robert Kiyosaki)

RESUMO

Em pleno século XXI, a Educação Financeira representa uma temática em evidência, principalmente no que diz respeito ao endividamento e ao equilíbrio financeiro da população, pois o descontrole dos gastos pessoais resulta em dívidas, juros e negativação de crédito. No âmbito da Educação Financeira, o tema desta pesquisa remete ao conhecimento financeiro e os fatores comportamentais que influenciam aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na tomada de decisão para solicitação de crédito bancário. O objetivo do estudo é analisar a percepção de aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC do INSS sobre o nível de conhecimento financeiro e os fatores comportamentais que influenciam na solicitação de crédito bancário na cidade de João Pessoa, Paraíba. A pesquisa tem a importância acadêmica e a relevância social de contribuir com a construção de conhecimento técnico, teórico e legal em relação à Literacia Financeira de idosos beneficiários do INSS, ao pesquisar a percepção desse público-alvo sobre os aspectos comportamentais que influenciam na tomada de decisão por concessão de crédito financeiro no cenário atual. A pesquisa é caracterizada como sendo um levantamento de campo (*survey*) e, quanto aos objetivos, o estudo tem natureza quantitativa e descritiva, cujo instrumento de coleta de dados é um questionário misto, aplicado com 50 idosos, de modo online. Os resultados apontam que visto que se identificou o baixo nível de conhecimento financeiro do público-alvo, o qual das 10 questões aplicadas o maior percentual de acerto foi de 37,5% com os pensionistas, mostrando o quanto o índice de conhecimento financeiro está baixo. Conclui-se que se faz necessário a presença de programas que reforcem a Literacia Financeira para pessoas adultas, em especial aos idosos (aposentados e pensionistas).

Palavras-chave: Conhecimento Financeiro. Crédito Bancário. Idosos. Literacia Financeira.

ABSTRACT

In the middle of the 21st century, Financial Education represents a theme in evidence, mainly with regard to the indebtedness and financial balance of the population, as the uncontrolled personal expenses result in debts, interest and negative credit. In the context of Financial Education, the theme of this research refers to financial knowledge and behavioral factors that influence retirees, pensioners and beneficiaries of the Continuous Payment Benefit (BPC), of the National Institute of Social Security (INSS), when making a decision to request bank credit. The objective of the study is to analyze the perception of retirees, pensioners and beneficiaries of the BPC of the INSS on the level of financial knowledge and the behavioral factors that influence the application for bank credit in the city of João Pessoa, Paraíba. The research has the academic importance and the social relevance of contributing to the construction of technical, theoretical and legal knowledge in relation to the Financial Literacy of elderly beneficiaries of the INSS, when researching the perception of this target audience about the behavioral aspects that influence the decision-making process decision to grant financial credit in the current scenario. The research is characterized as a field survey (*survey*) and, as for the objectives, the study has a quantitative and descriptive nature, whose data collection instrument is a mixed questionnaire, applied to 50 elderly people, online. The results show that since the target audience's low level of financial knowledge was identified, which of the 10 questions applied, the highest percentage of correct answers were 37.5% with pensioners, showing how low the financial knowledge index is. It is concluded that it is necessary to have programs that reinforce Financial Literacy for adults, especially the elderly (retirees and pensioners).

Keywords: Financial Knowledge. Bank Credit. Seniors. Financial Literacy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Produtos Financeiros e taxas de juros (mensal e anual)	30
QUADRO 2: Panorama da Literatura	35
QUADRO 3: Perfil Socioeconômico	41
QUADRO 4: Análise Estatística da Faixa Etária (idade)	42
QUADRO 5: Estatística na Escala Likert da Ferramentas de Controle de Gastos	48
QUADRO 6: Percentual de acerto nos assuntos financeiros	49
QUADRO 7: Escore de Conhecimento Financeiro em razão da faixa etária	50
QUADRO 8: Tipo de Benefício versus Conhecimento Financeiro	52
QUADRO 9: Dados Estatísticos das Respostas aos Aspectos Comportamentais	52
QUADRO 10: Benefício versus Equilíbrio Financeiro	57

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1: Renda Familiar Bruta	43
GRÁFICO 2: Tipos de Benefícios do INSS	43
GRÁFICO 3: Conhecimento sobre os Termos	44
GRÁFICO 4: Equilíbrio Financeiro	45
GRÁFICO 5: Pontuação entre Escolaridade e Conhecimento Financeiro	46
GRÁFICO 6: Beneficiários da Solicitação de Empréstimo	47
GRÁFICO 7: Pontuação Ferramentas de Controle de Gastos Pessoais	48
GRÁFICO 8: Pontuação das Perguntas Comportamentais	53
GRÁFICO 9: Juros por Atraso	54
GRÁFICO 10: Fatores que Influenciaram na Solicitação do Crédito Consignado	55

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Questionário de Pesquisa	39
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CEFET-PB	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
CFB	Constituição Federal do Brasil
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FBEF	Fórum Brasileiro de Educação Financeira
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
LCI	Letra de Crédito Imobiliário
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MPS	Ministério da Previdência Social
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
PB	Paraíba
PcD	Pessoa com Deficiência
PEA	População Economicamente Ativa
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
SERASA	Centralização de Serviços Bancários
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos	13
1.2	ESTRUTURA DO TRABALHO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	DA SEGURIDADE SOCIAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL	15
2.2	LITERACIA ENTRE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS	18
2.2.1	Aposentadoria por Contribuição	21
2.2.2	Aposentadoria por Invalidez	22
2.2.3	Aposentadoria Especial	23
2.2.4	Aposentadoria por Idade	23
2.2.5	Pensionista	23
2.3	LITERACIA FINANCEIRA	24
2.4	PRODUTOS FINANCEIROS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS	28
2.5	A ENEF E O FBEF NO ÂMBITO BRASILEIRO	32
2.6	PANORAMA DA LITERATURA	34
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	38
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2	UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA	38
3.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	39
3.4	PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS	40
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE	66

1 INTRODUÇÃO

No mundo pós-revolução industrial e em plena era digital, as relações entre pessoas e instituições são, cada vez mais, mediadas por dispositivos tecnológicos conectados na rede mundial de computadores, cuja economia globalizada molda o comportamento sociocultural, pautado no consumismo imediatista e na oferta de crédito. Diante desse cenário contemporâneo, em pleno século XXI, a Educação Financeira representa uma temática em evidência, principalmente no que diz respeito ao endividamento e ao equilíbrio financeiro da população, pois o descontrole dos gastos pessoais resulta em dívidas, juros e negativação de crédito.

No âmbito da Educação Financeira, o tema desta pesquisa remete ao conhecimento financeiro e os fatores comportamentais que influenciam aposentados, pensionistas e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na tomada de decisão para solicitação de crédito em agências bancárias. Nesse sentido, esse estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de conhecimento financeiro e quais são os fatores comportamentais que influenciam aposentados e pensionistas do INSS a solicitar crédito bancário na capital paraibana?

Em regra, aposentado é o indivíduo que recebe o benefício como mérito do seu próprio trabalho, independente de qual atividade exercida, desde que tenha cumprido os requisitos estabelecidos pela Previdência Social. O trabalhador pode requerer o benefício da aposentadoria por alguns critérios, tais como: tempo de contribuição, idade e invalidez. Os pensionistas são aqueles que recebem um benefício da Previdência Social independente de ter se aposentado por algum dos regimes citados. Por exemplo, se um aposentado com dependentes morrer, faz-se necessário que os dependentes estejam inseridos nos requisitos da Constituição Federal do Brasil (CFB) de 1988 para receber um valor mensal, que se chama pensão por morte.

À luz da legislação vigente no Brasil, os idosos representa a parcela populacional com 60 anos ou mais, tal como dispõe o Estatuto do Idoso, por meio da Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, mais precisamente no “Art. 1º: É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou

superior a 60 (sessenta) anos”. Mas, para o INSS, além das aposentadorias e pensões, também disponibiliza o BPC, um direito cedido aos idosos com mais de 65 anos e Pessoas com Deficiência (PcD), obrigatoriamente em situação de baixa renda, assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O beneficiário de BPC pode vir a ser inserido nos critérios da aposentadoria por invalidez (espécie 32), a exemplo de pessoas com perda total ou parcial dos movimentos, impossibilitada ao trabalho.

No Brasil, a modalidade de empréstimo consignado foi instituída por meio da Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003 (BARONE; SADER, 2008), que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, em cujo art. 1º, § 1o, especifica que o “desconto mencionado neste artigo terá o limite de 35%, dos quais 5% destinados exclusivamente para: “I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito”, tal como determina a redação dada pela Lei n. 13.172/2015. Contudo, em virtude do estado de calamidade pública decretado pelo Decreto Legislativo n. 6 de 2020, resultante do enfrentamento à pandemia causada pelo Novo Coronavírus (Sars-CoV-2), o Presidente da República, Jair Bolsonaro, por meio da Medida Provisória n. 1.006, de 1 de outubro de 2020, eleva para 40% a margem de crédito consignado dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, até o dia 31 de dezembro de 2020, mantendo-se 5% restrito para saque por cartão de crédito ou para a respectiva amortização de despesas contraídas .

A realização dessa pesquisa de campo, na área da Administração, tem a relevância acadêmica de, a partir da percepção dos respondentes, apreender sobre o nível de conhecimento financeiro e fatores comportamentais que influenciam na solicitação de crédito bancário, tendo como instrumento de construção de dados um questionário semiestruturado, aplicado de modo *online*. A relevância social da pesquisa diz respeito ao aumento significativo do montante financeiro envolvendo de empréstimo bancário para aposentados e pensionistas, pois, no ano de 2004, o valor pago nesta modalidade de crédito, somente no caso de aposentados e pensionistas do INSS, foi de, aproximadamente, R\$ 1.500.000.000 e, 10 anos depois, em 2013, passou para mais de 16 bilhões de reais (MOURA, 2016). De acordo com dados da Coordenação Geral de Gerenciamento do Pagamento de Benefícios, em 2017, o valor de contratos de

empréstimos firmados pelo INSS foi de aproximadamente R\$ 38.000.000.000 (BRASIL, 2017). De 2004 a 2017, os contratos ainda ativos atingiram o valor total de noventa e oito bilhões de reais.

Portanto a pesquisa tem a importância acadêmica e a relevância social de contribuir com a construção de conhecimento técnico, teórico e legal em relação à Educação Financeira de idosos beneficiários do INSS, ao pesquisar a percepção desse público-alvo sobre os aspectos comportamentais que influenciam na tomada de decisão por concessão de crédito financeiro no cenário atual.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção de aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC do INSS sobre o nível de conhecimento financeiro e os fatores comportamentais que influenciam na solicitação de crédito bancário na cidade de João Pessoa, Paraíba (PB).

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar o nível de conhecimento financeiro de aposentados, pensionistas e beneficiários de BPC;
- Comparar o comportamento financeiro entre aposentados, pensionistas e beneficiários de BPC;
- Identificar os aspectos comportamentais que influenciam na tomada de decisão para solicitação de crédito bancário.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para uma melhor visualização do leitor, esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta os aspectos introdutórios do estudo. O segundo capítulo trata da Fundamentação Teórica. O terceiro

capítulo aborda os aspectos metodológicos da pesquisa. O quarto capítulo apresenta os dados obtidos e realiza a discussão dos resultados. O quinto capítulo expõe as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir dos objetivos estabelecidos, que servirão como alvos norteadores, esta seção consolida todas as atribuições e características necessárias para fundamentar a temática. Desta forma, existirá a integração dos subtemas voltados para Literacia Financeira, Produtos Financeiros e Literacia sobre Aposentados e Pensionistas do INSS, traçando de forma preliminar o embasamento necessário para resolver o problema pré-determinado.

É diante desse contexto que surge o interesse na busca de verificar o controle financeiro dos aposentados e pensionistas do INSS, a fim de entender a saúde financeira desse público e o que os leva a realizar um crédito, em especial o crédito consignado ou o empréstimo pessoal. Perante as instituições financeiras, o público-alvo deste trabalho possui juros reduzidos, maior prazo, desconto direto do benefício sem ocasionar atraso e cobrança de juros e multa, entre outras regalias.

2.1 DA SEGURIDADE SOCIAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL

No Brasil, a noção de Seguridade Social foi caracterizada com a CFB de 1988, no Título VIII, Da Ordem Social, e Capítulo II, Da Seguridade Social, cuja normativa no ordenamento jurídico brasileiro é composta por três áreas: a saúde, a previdência e a assistência social. “No caso brasileiro, é importante utilizar-se a experiência comparada também para se analisar a trajetória da construção do seu sistema previdenciário”. (MORAES, 1994, p. 26).

No contexto sociopolítico brasileiro, a trajetória evolutiva da Previdência Social perpassa por aspectos de responsabilidade social e Estado Democrático de Direito, cujo marco institucional, sem dúvida nenhuma, na Constituição de 1988 está regido a hipótese de transformação do contrato de seguro para a segurança sem contrato, ou seja, de Previdência Social (AZEVEDO, 1994).

Caracteriza-se o seguro social por uma forte intervenção estatal, marcada pela obrigatoriedade (que se ajusta à “lei dos grandes números”), pela pluralidade das fontes de receita – contribuições dos trabalhadores, das empresas e do Estado -, pela desproporção entre o prêmio (contribuição) e o risco, limitados os valores de suas indenizações, e pela ausência de lucro. São estabelecidas diversas formas de seguro, para o qual, ordinariamente, contribuem os trabalhadores, o patronato e o Estado. (KLEIMANN, 2013, p. 19).

Contudo, em regra, o Capítulo Constitucional dedicado à Seguridade Social é materializado de modo inovador, em virtude da definição de funções que abrangem os objetivos e as diretrizes especificadas na realização dessa Seguridade Social. A proteção social pode ser vista sob o ângulo de seguro, ou seguridade, ou ainda, Previdência Social, sendo possível distinguir os três conceitos.

Se concebida sob o ponto de vista de seguro compulsório, a Previdência Social serviria apenas para a reposição da renda do indivíduo ou do grupo familiar em decorrência da perda da capacidade de trabalho causada por morte, invalidez, doença, etc. Dentro desse conceito, os valores das contribuições e dos benefícios devem guardar estrita correspondência, pois o princípio básico do seguro é a reposição do ganho.

A seguridade social firmou-se como um instrumento econômico de bem-estar (compulsório), a fim de garantir os mínimos necessários à subsistência dos indivíduos e, desta forma, reduzir as desigualdades resultantes da falta de ingressos financeiros, em prol da justiça social. (KLEIMANN, 2013, p. 27).

Na composição de Previdência Social, além de proporcionar uma reposição de renda, a previdência deve garantir a todos os inativos um patamar mínimo de benefícios, de forma mais ou menos independente do nível de contribuições. Na Seguridade Social, a previdência é organizada em forma de regime de caráter contributivo e de filiação obrigatória, como um sistema assistencial e redistributivo, tal como determina a CFB de (1988) em seu Art. 201, cujas contribuições devem ser pagas conforme a disponibilidade de cada pessoa e os benefícios concedidos de acordo com as necessidades.

Segundo Amado (2015), a finalidade do INSS é assegurar o reconhecimento de direito ao recebimento de benefícios administrados pela Previdência Social, com agilidade e eficiência em prol da comodidade dos contribuintes e segurados, bem como a ampliação do controle social.

No tocante aos segurados da Previdência Social, essa categoria de beneficiários está subdividida em segurados obrigatórios e facultativos. De acordo com a Lei n. 8.213/1991, de seu Art. 10 ao Art. 16 da Lei de Benefícios da Previdência Social (LBPS) estão estabelecidas as classificações dos beneficiários, divididos primeiramente em segurados e dependentes.

Dos segurados obrigatórios é importante frisar que estão inseridos nesse grupo os cidadãos maiores de 16 anos, com exceção do menor aprendiz que poderá iniciar a sua inscrição a partir dos 14 anos de idade como facultativo. O empregado, o empregado doméstico, o contribuinte individual, o trabalho avulso e o segurado especial, todas essas pessoas físicas têm em comum o exercício de uma atividade remunerada, sujeita ao Regime Geral da Previdência Social, de acordo com Art. 12 da Lei n. 8.213/91. Em seu Art. 14 dispõe que é facultativo ao segurado maior de 14 (quatorze) anos de idade, que se filiar ao Regime Geral da Previdência Social, mediante contribuição, na forma do art. 21, desde que não incluído nas disposições do art. 12.

De acordo com o Art. 16, da Lei n. 8.213/1991, cujas alterações foram decorrentes da Lei n. 13.146/2015, ao especificar as seguintes pessoas físicas que se enquadram na condição de dependentes do segurado, em ordem de preferência:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave. (BRASIL, 1991).

Nesse aspecto, a companheira ou companheiro, inclusive os homossexuais de acordo com o Art. 30 da IN 20/2007. Retificada pelo Art. 25 da IN 45/2010. Ou seja, por força maior da decisão judicial proferida pela Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0, o companheiro ou companheira do mesmo sexo do segurado inscrito do Regime Geral da Previdência Social integra o rol dos dependentes.

E, desde que comprovada à vida em comum, concorre, para fins de pensão por morte e de auxílio reclusão, com os dependentes preferenciais de que trata o inciso I do art. 16 da Lei nº 8.213, de 1991, para o óbito ou reclusão ocorridos a partir de 5 de abril

de 1991, conforme o disposto no Art. 45 do mesmo diploma legal, revogada pela Medida Provisória nº2.187-13, de 2001.

O Ministério da Previdência Social (MPS), de acordo com Ferreira (2017, p. 130), diz respeito “à instituição governamental que está acima de todos os órgãos responsáveis pela regulamentação, manutenção acerca dos direitos e deveres de todos os contribuintes do país, seja ele em regime de Previdência Social ou privada”. Este órgão supremo trabalha na gestão do fundo previdenciário, que é destinado às contribuições dos trabalhadores.

Ferreira (2017, p. 137) informa que a Dataprev: “é a empresa de tecnologia e informação da Previdência Social, responsável por toda a área de processamento de dados e gestão de informações diversas instituições públicas, principalmente o INSS”. Os benefícios previdenciários existentes encontram-se divididos entre os de prestação continuada e os de prestação temporária. Os primeiros são aqueles cujo salário de benefícios é pago mensalmente ao segurado de forma permanente, ou seja, enquanto o segurado viver; já os do segundo tipo são limitados no tempo, como, por exemplo, o auxílio-maternidade, que tem uma duração de quatro meses.

2.2 LITERACIA ENTRE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS

No Regime Geral de Previdência Social, os benefícios de prestação continuada são os seguintes: Aposentadoria por Idade; Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Pensão por Morte; e Aposentadoria por Invalidez (SILVA; SCHWARZER, 2002, p. 15). No Brasil, as aposentadorias não são iguais entre si, pois possuem regimes diferentes, conforme especificados na legislação vigente no ordenamento jurídico.

Aposentadoria é concedida em função do cumprimento aos requisitos imprescindíveis para cada tipo de aposentadoria existente, enquanto a pensão é materializada em decorrência do falecimento do segurado do INSS. Logo, qualquer pessoa que receba um benefício da Previdência Social é um beneficiário, independentemente de ser segurado ou dependente.

Segundo dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de idosos no Brasil cresceu em menos de 5 anos, correspondendo a 18%,

consequentemente ultrapassando o ano anterior, e reforça que 56% dos idosos são mulheres e 44% homens (IBGE, 2018). Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), isso ocorre pelo seguinte fato: o perfil populacional tem mudado constantemente, “com o aumento da expectativa de vida e a diminuição da fecundidade, o que altera a proporção de profissionais ativos e inativos no mercado de trabalho” (ANBIMA, 2019, p 2).

Escapar da velhice não tem como, pois é uma fase da vida que todo ser humano está sujeito, assim como sujeitos à morte, a perda permanente e/ou total dos sentidos ou de algum membro por algum acidente seja no âmbito do trabalho ou não, consequentemente impossibilitando o ser ao trabalho, afetando sua saúde, bem como a falta de recursos financeiros, acarretando perda no seu rendimento mensal. Com a existência do sistema público universal de Previdência e Assistência Social, essas e outras situações vulneráveis relacionadas ao ser humano estão dentro da missão da organização, que é a proteção ao cidadão, embora, muitas das vezes os recursos disponíveis não suprem as necessidades reais do indivíduo, devido às limitações estabelecidas pelos programas governamentais (ANBIMA, 2019).

Desde cedo, principalmente no ambiente de trabalho, o indivíduo absorve assuntos relacionados à Previdência Social, visto que esta é obrigatória por lei mediante desconto em folha. Embora, na Previdência Privada é optativa, como efeito poucas são as pessoas que aplicam. Segundo dados da Datafolha (2017) apenas 10% dos brasileiros possuem aplicação em previdência privada.

As aposentadorias como um todo respondem por 58% dos benefícios pagos pela Previdência. Ou seja, são 20,3 milhões de aposentadorias pagas todo mês no Brasil, das quais 10,7 milhões são aposentadorias por idade - para quem se aposentou aos 65 (homens) ou 60 anos (mulheres), 6,3 milhões por tempo de contribuição - quem se aposentou depois de contribuir por 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) - e 3,3 milhões por invalidez. Os outros 42% são pensões por morte, benefícios relacionados a acidentes de trabalho e à Lei Orgânica da Assistência Social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo fontes do IBGE (2018).

O benefício assistencial concedido às pessoas que não contribuíram com a previdência do INSS é restrito a poucas pessoas, e elas têm que estar dentro das

exigências presente no Art. 203, inciso V da CFB, sendo regulamentado pela Lei n. 8.742/93 (LOAS).

O BPC é um benefício assistencial que, embora seja gerido e pago pelo INSS, não tem natureza previdenciária. É assistencial, logo, não contributivo e os recursos para custeio desse benefício provêm do orçamento da União, conforme dispõe o Art. 29, parágrafo único da Lei 8.742/93. O pedido mais comum, é o do idoso acima de 65 anos, que comprove viver em estado de extrema necessidade ou pobreza, provando que a sua família não tem como sustentá-lo, assim sendo o único meio de se sustentar é recorrer justamente a este benefício.

A Lei preceitua também sobre a PcD, seja ela total ou parcial. A incapacidade total é quando o portador deve possuir uma ou mais barreiras que dificultem sua participação na sociedade de forma igualitária às demais pessoas (art. 3, inciso IV da Lei 13.146/2015), assim acarretando pouca ou nenhuma chance de emprego para esta pessoa.

Para ser considerado como incapacidade total, deve-se ter impedimento de exercer atividades em longo prazo, de pelo menos dois anos, enquanto o portador de incapacidade parcial deve receber este benefício apenas por um período de tempo em que se restabelece de algo temporário, elencados no inciso 7 do Decreto 8805/16, assim, depois que passar pela perícia e for atestado que esta pessoa já está apta para o mercado de trabalho, o benefício é cessado e ela já volta as atividades rotineiras. Nos incisos 8 e 9, aborda-se o grau de avaliação de deficiência ou impedimento que a pessoa tem, se ela será parcial ou total. Passa-se por uma perícia para se constatar se realmente aquela pessoa precisa do auxílio governamental por estar em uma situação crítica ou não.

Institui a Lei Brasileira da Inclusão da PcD, por meio do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Artigo 3º, inciso IV, consideram-se barreiras de qualquer obstáculo ou limite que impeça a participação social da pessoa e o seu exercício a acessibilidade, liberdade de movimento e o de expressão, incluindo comunicação ou acesso a informação de forma geral, sua segurança, classificadas em três circunstâncias, sendo elas barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas e barreiras nos transportes.

Nas letras seguintes a barreira não será mais física, mas sim de problemas que o possível beneficiário tem como pessoa individual e com ela, aniquilando suas chances de entrar no mercado de trabalho de forma igualitária - barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas.

2.2.1 Aposentadoria por Contribuição

Aposentadoria por contribuição é uma prestação concedida ao trabalhador sem que haja necessidade de comprovar idade mínima, apenas sendo obrigatório comprovar ao INSS o cumprimento dos pagamentos de contribuições não sequenciais, totalizando 35 anos para homens e 30 para mulheres (FERREIRA, 2017), que podem ser do tipo integral ou proporcional.

A aposentadoria por contribuição do tipo Integral é concedida em razão do tempo de contribuição necessário para o benefício, 35 anos no caso dos homens e 30 anos no caso das mulheres. Em ambos os casos não existe idade mínima, desde que tenha o requisito de tempo de contribuição, e têm sua característica de carência em 180 meses.

Enquanto a aposentadoria do tipo proporcional é tratada na regra de transição, introduzida pela EC nº 20/1998, e se possui aplicabilidade para poucos casos, e por muitas vezes acarreta em um benefício de valor reduzido. São requisitos para a aposentadoria proporcional em homem, possuir contribuição antes de 1998, ter no mínimo 53 anos de idade, 180 meses de carência, 30 anos de contribuição. Para mulheres muda apenas a idade que desce para 48 anos e 25 anos de contribuição.

Vale dizer que a lei sempre garante ao segurado escolher o benefício mais vantajoso, desde que cumpridos os requisitos de todas as possibilidades. Já os professores que comprovarem efetivo exercício no magistério no ensino infantil, fundamental e médio, poderão se aposentar com 30 anos de tempo de contribuição (homem) ou 25 anos de tempo de contribuição (mulher).

2.2.2 Aposentadoria por Invalidez

A aposentadoria por invalidez é o benefício da Previdência Social que se destina ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício da atividade que garanta subsistência, como se alimentar e comprar remédios para garantir a melhoria de sua saúde. O benefício é pago pela Previdência Social enquanto as condições que levaram ao pedido da aposentadoria por invalidez durarem.

A concessão da aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição da incapacidade, mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, com ônus para si, fazer-se acompanhar por médico de sua confiança. Cumpre dizer que é muito importante que, se for possível, o segurado se faça acompanhar por médico de sua confiança, para garantir assim lisura no processo de avaliação das condições médicas do segurado.

O índice de indeferimento de pedido de aposentadoria é alto, de modo que a presença de um médico de confiança pode ser essencial para evitar verificações injustas. Além disso, é importante salientar que se o segurado já portava a doença ou lesão antes de se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, não terá direito à aposentadoria por invalidez; todavia, caso a incapacidade tenha se dado por motivo de agravamento ou progressão da doença/lesão, em razão da atividade exercida, poderá se aposentar.

A concessão da aposentadoria por invalidez visa, justamente, garantir a subsistência da pessoa que não consegue trabalhar por motivos de incapacidade, seja parcial ou total. A aposentadoria por invalidez, assim, tem a função de substituir os ganhos que a pessoa teria caso tivesse desempenhando atividade profissional. E, para o deferimento do benefício é preciso a constatação do exame médico-pericial posterior a doze contribuições (SANTOS, 2012).

2.2.3 Aposentadoria Especial

É um benefício previdenciário para os segurados, independente do sexo, que trabalharam 15, 20 ou 25 anos expostos a agentes nocivos: físicos, químicos ou

biológicos, ou associação de agentes, que prejudiquem a sua saúde ou integridade física do trabalhador. A aposentadoria especial é regida pelo Art. 57 da CFB de 1988. Vale ressaltar que o período de carência para concessão deste tipo de benefício é de 180 contribuições mensais (SILVA, 2019).

2.2.4 Aposentadoria por Idade

A aposentadoria por idade representa um benefício do INSS que assegura proteção previdenciária do sujeito na velhice, refere-se ao segurado que completar 65 anos de idade (homem), e 60 anos de idade para as mulheres. Mas, para os segurados que começou a contribuir com o INSS depois da Reforma, em 13 de novembro de 2019, é necessário ter 65 anos de idade e 20 anos de contribuição para os homens, e 62 anos de idade e 15 anos de contribuição para as mulheres (SILVA, 2019).

2.2.5 Pensionista

A pensão por morte é um benefício previdenciário pago pelo INSS aos dependentes de um trabalhador que morreu ou que teve sua morte decretada pela Justiça, como ocorre em casos de desaparecimento. Vale tanto para quem já era aposentado quanto para quem ainda não era.

Tem direito à pensão por morte, os filhos até 21 anos de idade, salvo casos de invalidez ou deficiência (nessas situações, recebem a vida toda). Para marido ou mulher, companheiro (a) em união estável, cônjuge divorciado ou separado judicialmente que recebia pensão alimentícia.

Se não houver filhos ou cônjuge, os pais do segurado que morreu podem pedir a pensão, desde que comprovem. Isto é, “consiste em um benefício pecuniário concedido aos dependentes de trabalhadores ou contribuintes facultativos que vierem a falecer na condição de segurados da Previdência Social” (COSTANZI et al., 2014, p. 4). Desta forma, poupar dinheiro em longo prazo é um modelo utilizado pela previdência a fim de dar continuidade na renda do indivíduo na fase de aposentadoria (ANBIMA, 2019).

Diante desse público existem inúmeros fatores que podem agregar na literacia financeira como o nível no grau de instrução, experiências com seus antecedentes ou trabalho, o próprio comportamento em ser mais controlado e analista antes de qualquer decisão, ao mesmo tempo pode prejudicar, como ausência de conhecimento e/ou instrução, falta de experiência do dia-a-dia ou nunca ter trabalhado, ter um lado consumismo e a falta de controle, bem como o número de dependentes que dependam da renda do beneficiário (filhos, netos, cônjuge, entre outros). Autores enfatizam e reforçam a importância da literacia financeira na vida de qualquer indivíduo independente da faixa etária, cujos serão abordados em seguida neste trabalho.

2.3 LITERACIA FINANCEIRA

Ao final do século XX, principalmente a partir da década de 1990, no contexto internacional, verifica-se a proposta para aumentar o nível de letramento financeiro da população mundial, encampada por diversas instituições e países. A Educação Financeira tem sido apresentada pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) como solução consolidada para auxiliar na resolução de problemas financeiros, relativos a investimentos e consumo, integrantes do planejamento de políticas públicas de várias nações, tais como: Colômbia, Reino Unido, Estados Unidos, Brasil, México e Nova Zelândia.

Este conjunto de iniciativas assumiu maior evidência na primeira década do século XXI, mais especificamente após os anos de 2008, com foco no combate aos efeitos duradouros da crise econômica global (OCDE, 2015). Desde 2013, a OCDE incluiu o tema Educação Financeira como pauta de suas reuniões (OCDE, 2013). E, além disso, indica também que uma boa Educação Financeira deve ser fundamentada por meio do alinhamento ao comportamento e à atitude financeira do sujeito. O conhecimento financeiro e a consciência dos aspectos comportamentais são necessários para que os indivíduos tomem decisões saudáveis e direcionadas ao bem-estar e na prevenção ao endividamento (OCDE, 2013), pois influenciam no processo de tomada de decisão para solicitação de crédito bancário.

As ofertas de políticas públicas no que tange a educação financeira voltadas a este segmento da população é justificada pelo fato de não existir currículo escolar fixo para esta temática. Além da falta de oportunidade e desigualdade, as famílias acabam ficando nestas classes inferiores, monetariamente falando, pelo pouco grau de instrução sobre investimento ou finanças, que as estagnam principalmente em dívidas.

O comportamento financeiro está interligado aos hábitos e valores adotados pelas pessoas. De acordo com Mundy (2011), o padrão comportamental financeiro deve estar pontuado em cinco princípios: (i) Honrar com as despesas; (ii) Ter as finanças sob controle; (iii) Planejar o futuro; (iv) Fazer escolhas assertivas de produtos financeiros; (v) Manter as questões financeiras atualizadas. O conhecimento financeiro é algo típico do capital humano, sendo constituído ao longo da vida, consolidando-se por meio da aprendizagem e do conhecimento adquirido que contribui com a capacidade de gerir receitas, despesas e poupança de forma eficiente e fundamentada nos princípios da Educação Financeira.

As atitudes financeiras são fundamentadas por meio de valores e princípios econômicos ou não econômicos, efetuados por um tomador de decisão, sobre o resultado de um determinado comportamento. De acordo com Qfinance (2017), as atitudes financeiras representam um envolvimento com emoção e a opinião, podendo ser este envolvimento instantâneo ou crescer em uma posição que influenciará o comportamento de alguém em longo prazo.

Adicionalmente, Potrich, Vieira e Kirch (2015) conceituaram conhecimento financeiro como sendo o entendimento do bom uso de recursos financeiros e boas práticas com o dinheiro; cuja colocação em prática desses conhecimentos caracteriza o comportamento e a atitude financeira.

Para Rooij et al. (2011), Literacia Financeira nada mais é que à alfabetização financeira dos indivíduos, ou seja, o grau de instrução/aplicação e conhecimento das pessoas sobre finanças. Para ser financeiramente alfabetizado: De acordo com Atkinson e Messy (2012), a Literacia Financeira representa a junção de conhecimentos, atitudes e comportamentos de uma pessoa em relação à utilização do seu dinheiro.

Em cima desse contexto, Rooij et al. (2011) realizaram uma pesquisa desmembrado em dois aspectos: o primeiro voltado ao conhecimento básico de finanças

(inflação, taxa de juros, cálculos simples), enquanto o segundo aspecto de forma mais aprofundada e complexa (ações, títulos, riscos, retorno, fundos de investimentos, entre outros), com objetivo de distinguir a Literacia Financeira dos indivíduos.

Na aplicação do instrumento de pesquisa, Rooij et al. (2011) identificaram que menos da metade dos entrevistados, aproximadamente 40%, conseguiram acertar todas as questões no que tange aos conhecimentos básicos e, a partir daí, percebe-se que a maioria dos respondentes errou questões simples, trazendo a percepção de que os indivíduos não possuem domínio ou conhecimento quanto aos pontos abordados.

Na segunda etapa da pesquisa, para a maioria das perguntas, os entrevistados enfatizaram a resposta “não sei”, elevando consideravelmente o índice de erro, variando de 11 a 38%, refletindo que os indivíduos reconhecem que possuem pouca compreensão sobre conceitos econômicos mais complexos (ROOIJ et al., 2011).

A Educação Financeira está relacionada ao aprender e/ou aprimorar o conhecimento financeiro do indivíduo, aprimorando sua habilidade para gerir o dinheiro. Vale ressaltar que, a Educação Financeira representa um terço da Literacia Financeira, por englobar o conhecimento, a experiência/comportamento e a atitude.

De modo complementar, Potrich et al. (2015) afirmam que para os indivíduos serem mais assertivos e eficientes em suas tomadas de decisões, faz-se necessário o conhecimento financeiro. Para a OCDE, a definição de Educação Financeira é:

O processo pelo qual os consumidores financeiros/investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou aconselhamento objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas informadas, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2013).

Segundo a OCDE (2013), a Educação Financeira deveria ser parte da formação escolar da população, inserindo-se desde cedo na formação do cidadão, a priori na escola, visando que as pessoas sejam educadas financeiramente o mais cedo possível, afim de prepará-las para o futuro de sua vida em mundo economicamente globalizado e pautado nos princípios mercadológicos do capitalismo. As pessoas não possuem um bom hábito de administrar o dinheiro, seja em curto ou longo prazo.

Em geral, a População Economicamente Ativa (PEA) faz uso de forma desequilibrada seus recursos ou receitas financeiras, pelo simples fato de não possuírem conhecimento financeiro ou habilidades técnicas de planejamento ou prévia de suas despesas essenciais, por exemplo: aluguel, água, luz, internet, entre outros. Além disso, gastos desnecessários ou supérfluos realizados, poderiam ser evitados a fim melhorar o equilíbrio financeiro entre a receita e despesas do indivíduo (CAMPOS, 2015).

Muñoz-Murillo et al. (2020) argumentam que a PEA com maior capacidade cognitiva, geralmente, tendem a apresentar maior nível de conhecimento financeiro, cujos resultados de pesquisa sugerem as diferenças nas habilidades cognitivas, as quais interferem na aquisição de noções básicas da Educação Financeira, fazendo-se necessárias maiores pesquisas para entender melhor os fatores fundamentais subjacentes à relação entre capacidade cognitiva e letramento financeiro.

Sendo assim, a Educação Financeira visa trabalhar o comportamento humano, buscando o equilíbrio entre o “ser” e o “ter”, além da autonomia, o controle entre a entrada e saída de dinheiro, objetivando a sustentabilidade econômica e o equilíbrio financeiro. Esses são elementos básicos que se tornam determinantes para o quadro de inadimplência do país, no entanto, dois outros fatores são importantes que contribuem para tal: o descontrole financeiro e o desconhecimento do brasileiro a respeito de sua própria dívida.

Diante disto, este índice pode ser explicado pela falta de Educação Financeira na base, que acarreta na má gestão financeira, bem como no conhecimento necessário para se realizar aplicações adequadas financeiras. Ao falar de aplicação ou de investimentos financeiros, quer seja fixa e/ou variável, o trabalho está focado no sentido de aplicar inicialmente em renda fixa, o mais lembrado por muitas pessoas a começar pela poupança.

Sem um embasamento técnico adequado, que permita saber onde se deve investir ou quais prioridades seguir, as pessoas acabam tomando as decisões erradas. Um cidadão que possui informações e o conhecimento necessário sobre finanças, tomaria decisões com margens de erro reduzidas, possibilitando o uma gestão mais eficiente de suas finanças. Portanto, diante do contexto apresentado, surge o interesse deste trabalho

em verificar o comportamento financeiro em pessoas de terceira idade, em específico aposentados e pensionista do INSS.

2.4 PRODUTOS FINANCEIROS PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Ao pensar e falar em finanças vem a memória o dinheiro, cálculo, orçamento, aplicações e, conseqüentemente a forma que está sendo gerenciado o dinheiro na vida do próprio indivíduo. No que se refere a produtos financeiros, a área financeira possui uma gama de opções, em especial ao que tange investimentos, visto que esses investimentos estão divididos em dois tipos: renda fixa e renda variável. Além disso, os investimentos podem ser classificados quanto: ao risco, à rentabilidade e à liquidez. Mas, afinal o que é Renda Fixa e Renda Variável?

Renda fixa é todo investimento que possui uma remuneração pré-fixada no momento da aplicação, e seu retorno é definido através de regras específicas, variando de um produto financeiro para outro (MARTINI, 2012). Para Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA, 2019, p. 3), “representam uma promessa de pagamento (uma dívida) de uma parte para outra e por remunerar o investidor com juros (fixos ou flutuantes, periódicos ou não)”.

Enquanto a Renda Variável é o inverso da Renda Fixa, ou seja, todo investimento que possui uma remuneração que não pode ser definida no momento da aplicação, variando positivamente ou negativamente, devido a diversos fatores que podem impactar o retorno do investimento, em especificação na lei da oferta *versus* demanda (MARTINI, 2012). Em outras palavras, “Tipicamente representado por papéis que oferecem a seus detentores uma participação no capital social de companhias” (ANBIMA, 2019, p. 3).

Ambos os investimentos disponibilizam ao investidor várias opções de escolha, embora, é importante ressaltar que, diante de cada investimento, existirá o risco, a rentabilidade e a liquidez, sem esquecer também do prazo. Algumas instituições financeiras criaram plataformas a fim de verificar e entender o perfil de seus clientes, fazendo apenas algumas perguntas do dia-a-dia, como por exemplo: que percentual de perda do valor investido causa desconforto? É diante dessa e outras perguntas que as

organizações traçam o perfil do investidor e direciona às opções que melhor atende naquele momento.

Em uma pesquisa realizada pela ANBIMA (2017), verificou-se o raio x do investidor brasileiro e com a simples pergunta: você fez investimento no ano de 2017? O resultado encontrado foi de que 25% enfatizaram que sim, embora apenas 9% da população brasileira aplicam seu dinheiro em produtos financeiros, ou seja, poucos são os que possuem o hábito de poupar. A pesquisa corrobora enfatizando que um dos principais motivos para essa realidade é a ausência de dinheiro para investir.

Em contrapartida, os outros 16% mencionaram que realizaram sua aplicação em compra de imóveis, terreno, bens duráveis como carro ou moto, cirurgias plásticas, estudos e até no próprio negócio. Porém, segundo ANBIMA (2017), faz-se necessário conscientizar as pessoas que, para manter essas conquistas, é preciso ter uma reserva financeira.

Em cima desse contexto de pesquisa surge outro alerta, que segundo pesquisa da ANBIMA (2018), diante de uma pergunta sem alternativa sobre os produtos de investimentos, aproximadamente 54% da população enfatizaram não conhecer tais produtos. Porém, na segunda fase da pesquisa, que demonstraram alternativas, a caderneta de poupança foi a mais mencionada, tornando-se a preferência da população, correspondendo a 92%, mas a maioria dos respondentes não conhece seu rendimento (ANBIMA, 2018).

Estes são apenas alguns tipos de investimentos que a população tem a seu favor, mas que no seu dia-a-dia desconhecem ou não aplicam por questões de endividamento, falta de recursos ou por insegurança. Por outro lado, as instituições bancárias, bem como os atuais bancos digitais trazem outros inúmeros tipos de produtos ao cliente, em especial para aposentados e pensionistas do INSS, dispendo de inúmeras vantagens como: taxas de juros reduzidas, flexibilidade no parcelamento em longo prazo, cartão de crédito consignado, dinheiro extra mesmo sem margem para consignação, entre outros.

O Quadro 1 apresenta os principais produtos financeiros disponíveis para esse público.

Quadro 1: Produtos Financeiros e taxas de juros (mensal e anual)

Produto	Banco do Brasil	Bradesco	Caixa Econ. Federal	Itaú	Santander
Cartão de crédito parcelado	6,08%/m 103,05%/a	6,73%/m 118,50%/a	4,36%/m 66,80%/a	7,49%/m 137,80%/a	7,45%/m 136,83%/a
Cheque especial	7,57%/m 139,95%/a	7,75%/m 145,01%/a	5,36%/m 87,07%/a	7,72%/m 143,98%/a	7,96%/m 150,58%/a
Crédito pessoal consignado INSS	1,53%/m 19,92%/a	1,63%/m 21,36%/a	1,42%/m 18,45%/a	1,74%/m 22,98%/a	1,66%/m 21,90%/a
Crédito pessoal não consignado	3,16%/m 45,19%/a	5,19%/m 83,61%/a	1,56%/m 20,34%/a	2,85%/m 40,05%/a	3,91%/m 58,47%/a
Aquisição de veículo	1,15%/m 14,73%/a	1,24%/m 15,95%/a	1,55%/m 20,32%/a	1,15%/m 14,74%/a	1,09%/m 13,88%/a
Financiam. imobiliário com taxas de mercado	0,61%/m 7,55%/a	0,58%/m 7,17%/a	0,68%/m 8,49%/a	0,58%/m 7,15%/a	0,59%/m 7,31%/a

Fonte: Adaptado de BACEN (2020)

Estas opções de produtos financeiros é o que ocasiona muitas vezes a negatização dos indivíduos. Em relação à população de baixa renda com rendimento mensal até R\$ 2 mil reais, segundo o estudo do SERASA EXPERIAN (2017), atesta-se que 27% dessa população compromete mais da metade dos ganhos com produtos financeiros. Em 2015, o SPC Brasil já tinha identificado que 93% da população admitem o risco de gastar mais do que seu rendimento mensal, sendo assim, é possível perceber que as pessoas ainda andam com uma postura inadequada de comprar mais do que tem em dinheiro, comprometendo seu orçamento mensal e ficando com pendências financeiras.

Segundo dados do SERASA EXPERIAN (2017), cerca de 40% dos brasileiros enquadrados em baixa renda possuem cartão de crédito, e aos que possuem alta renda, esse percentual sobe para 51%. Por outro lado, em torno de 39% dos brasileiros estão em pendência com os bancos/cartão de crédito. Além disso, entre os inadimplentes, o estudo também revelou que 49% dos consumidores, que possuem empréstimo pessoal, estão com dívidas em aberto e, em seguida, o empréstimo consignado, com 46%.

No entanto, vale frisar que os estudos realizados pela ANBIMA, SERASA e SPC abrangeram diversas faixas etárias de idade, a começar dos 16 anos de idade para cima, incluindo aposentados. Sendo assim, como se comportam as atitudes/comportamentos e o conhecimento financeiro do público-alvo deste trabalho? É sob esse aspecto que o trabalho busca responder, com o suporte dos objetivos específicos estabelecidos.

De fato, a facilidade que as instituições financeiras disponibilizam crédito para os aposentados e pensionistas são vastas, tais como: cheque especial, cartão de crédito, empréstimos pessoais, Crédito Direto ao Consumidor (CDC) ou consignado. Embora essas mesmas instituições atuem com investimento de previdência privada, consórcios, seguros e aplicações, podendo ser classificadas como sendo de dois tipos: (i) rendas fixas: Certificado de Depósito Bancário (CDB), debêntures, caderneta de poupança e tesouro direto, entre outros; e (ii) rendas variáveis: ações, Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), entre outros. O BPC, apesar de não disponibilizar empréstimo consignado, possui linha de empréstimo CDC ofertada pelas instituições financeira.

A linha crédito é uma das opções oferecida por instituições financeiras aos clientes, sendo considerada a mais desejada pelos consumidores, embora possa assumir o papel de vilão ao equilíbrio financeiro dos clientes, resultando na negativação no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA).

A falta de equilíbrio financeiro ou ausência de conhecimento sobre finanças, para tomadas de decisões mais assertivas na solicitação de crédito bancário, são aspectos alarmantes para aposentados e pensionistas, inclusive aos beneficiários do BPC (MARTINI, 2012). Outro dado, porém, de abrangência mundial, informa que dentre os 144 países, o Brasil ficou na 74ª posição no que se refere a Educação Financeira, com

índice inferior à países mais pobres e desiguais, como Madagascar e Zimbábue, apontada pela pesquisa *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (2014).

Torna-se relevante destacar que a Educação Financeira é de extrema importância ao cidadão, a fim de construir uma cultura que privilegie a melhor gestão do orçamento, começando desde a infância. Vale lembrar que esta cultura ainda não está disseminada no país, sendo necessário que o brasileiro entenda a necessidade da Educação Financeira e aprenda a anotar, seja no simples pedaço de “papel” ou por outro meio (planilhas, anotações digitais) as suas despesas e prioridades, a fim de mitigar e/ou sanar seus problemas financeiros (RESENDE, 2013).

Para reforçar o parágrafo anterior e afirmar o que diz a OCDE, o site da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) relata que o preceito de Educação Financeira é mudar o comportamento das pessoas, assim como são ensinadas desde cedo a escovar os dentes e poupar água da torneira a fim de economizar (ENEF, 2020). Ademais, a Educação Financeira está entre os temas que são de suma importância para o ser humano e que precisam ser desenvolvidas o quanto antes.

Com relação ao Brasil, desde 2020, mesmo com a renovação da ENEF, mantém-se o foco em informação, formação e orientação. Assim como a concretização da ENEF objetiva o fortalecimento da cidadania e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores, em alinhamento com iniciativas internacionais, a OCDE (2013) definiu três pilares importantes para a definição do conceito de Literacia Financeira, os quais são: comportamento financeiro, conhecimento financeiro e atitude financeira. Desse modo, torna-se oportuno compreender o esforço governamental para promover a Educação Financeira perante à população brasileira, tal como ocorre com a criação da ENEF e do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF).

2.5 A ENEF E O FBEF NO ÂMBITO BRASILEIRO

Em relação à Educação Financeira, a população brasileira conta com a instituição da ENEF, órgão nacional instituído através do Decreto Federal n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010, posteriormente revogado pelo Decreto Federal n. 10.393, de 9 de junho de 2020, instituindo a nova ENEF e o FBEF. Cabe evidenciar que a nova ENEF

objetiva a promoção da Educação Financeira, Securitária, Previdenciária e Fiscal no Brasil. O FBEF, de acordo com o Art. 2º, representa:

Colegiado de articulação, ao qual compete: I - implementar e estabelecer os princípios da ENEF; II - divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas; III - compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e IV - promover a interlocução entre os órgãos ou às entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (BRASIL, 2020).

Contudo, convém realçar que o FBEF é formado por integrantes dos seguintes órgãos e entidades:

Art. 3º [...] I - Banco Central do Brasil; II - Comissão de Valores Mobiliários; III - Superintendência de Seguros Privados; IV - Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia; V - Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar; VII - Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e VIII - Ministério da Educação (BRASIL, 2020).

Para tanto, de acordo com o “Art. 9º - a participação no FBEF será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado” (BRASIL, 2020). A ENEF tem a finalidade de promover a Educação Financeira, por meio de ações gratuitas, apoiando a população a tomar decisões financeiras mais conscientes e autônomas, ou seja, representa uma mobilização nacional para fomentar a implementação de ações de Educação Financeira, Securitária, Previdenciária e Fiscal.

Isto porque, renovada em 2020, a ENEF busca atuar fortalecendo a cidadania, disponibilizando apoio a ações que auxiliem os brasileiros no processo de tomada de decisões financeiras, com autonomia, consciência e responsabilidade. De fato, a nova ENEF aglutina representantes de oito órgãos e entidades governamentais, integrando o FBEF.

A nova ENEF oferece aos brasileiros adultos, informação, formação e orientação financeira, transmitindo conhecimento financeiro para que, essa parcela da população,

consiga administrar o seu dinheiro com embasamento teórico corretos, atualizados e validados pela literatura.

A Educação Financeira assume um papel de destaque na sociedade contemporânea, inclusive no cenário internacional, por meio da OCDE, visando desenvolver a economia e o bem-estar social da comunidade mundial. Desse modo, o desenvolvimento de ações na área de Educação Financeira para a população adulta é um desafio aos gestores e educadores, inclusive no tocante aos idosos, pois valores e hábitos pretéritos tendem a ser cristalizados com o passar dos tempos.

Os órgãos supracitados trabalham fortemente com estratégia e ações para que as pessoas tenham uma vida financeira equilibrada, visto que, o descontrole financeiro pode ocasionar ao indivíduo a possível negativação do seu nome junto aos órgãos de crédito. Apesar dos adultos, em sua maioria, não frequentar o sistema regular de ensino, representam a fração da PEA e, conseqüentemente, a aquisição de conhecimento financeiro torna possível escolhas financeiras mais saudáveis.

Nesse viés apresentado da Educação Financeira, torna-se plausível apreciar os principais aspectos conceituais, formulações teóricas e definições legais que regem a temática desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à construção do conhecimento acadêmico e científico da Literacia Financeira.

2.6 PANORAMA DA LITERATURA

Em relação à problemática em torno do conhecimento financeiro e os fatores comportamentais que influenciam aposentados, pensionistas e beneficiário do BPC, na tomada de decisão para solicitação de crédito em agências bancárias, para uma melhor compreensão do estado da arte, realizou-se uma revisão de literatura em novembro de 2020 acerca das publicações dos últimos cinco anos disponibilizadas na base de dados eletrônica do Google Acadêmico, utilizando os descritores “Idosos” e “Educação Financeira”, cujos resultados estão dispostos no Quadro 2:

Quadro 2: Panorama da Literatura

	Referência	Título	Objetivo	Metodologia	Resultados
1	Lopes et al. (2014)	Levantamento do Perfil dos Idosos Aposentados e Pensionistas Usuários de Empréstimo Consignado do Município de Barra do Piraí/RJ	Realizar o levantamento do perfil dos idosos aposentados e pensionistas usuários de Empréstimos Consignados	Pesquisa aplicada quantitativa, 41 questionários estruturado a idosos, amostragem proporcional à população do município no Censo 2010.	Conhecimento: linhas de crédito, consumo não consciente de crédito (taxa de juros) Comportamental: aquisição de bem material, doença, reforma de imóvel, lazer, necessidades dos familiares, praticidade e facilidade ao crédito.
2	Almeida et al. (2015)	O impacto da política de acesso ao consumo de crédito na vida dos idosos de baixa renda	Caracterizar o impacto da falta de políticas de acesso ao consumo de crédito para o bem-estar na vida dos idosos de baixa renda.	Pesquisa qualitativa realizada em Belo Horizonte com 11 idosos de baixa renda, por meio de entrevista semiestruturada	Conhecimento: Consumo não consciente de crédito (crédito = aumento de renda e/ou poupança invertida, desconhecimento de cláusulas contratuais). Comportamental: descontrole financeiro, praticidade e facilidade ao crédito, provedores de filhos e netos, uso excessivo do crédito, confiança na palavra para “emprestar o nome”.
3	Buaes (2015)	Educação Financeira com Idosos em um	Discutir o consumo entre idosos de classes	Pesquisa participante realizada na cidade de Porto	Conhecimento: controle financeiro, taxa de juros, linhas de crédito,

		Contexto Popular	populares no contexto brasileiro e intervir com ações educativas	Alegre, com mulheres entre 59 e 78 anos e renda mensal de até dois salários mínimos.	leitura crítica publicidade Comportamental: provedoras de filhos e netos; solicitando crédito por influência do <i>marketing</i> .
4	Almeida et al. (2018)	O consumo de crédito e seus prejuízos e os benefícios na sociedade: um estudo interpretativista na perspectiva de idosos como consumidores	Compreender o consumo de crédito de idosos quanto a benefícios e/ou os prejuízos dessa relação	Trabalho qualitativo, interpretativo e exploratório, região metropolitana Belo Horizonte, entrevista de 12 idosos com média de 70 anos e renda de R\$ 1.900,00.	Conhecimento: independência financeira, controle de gastos (caderno de anotações), linhas de crédito, desconhecimento de taxas de juros e consumo não consciente de crédito (aumento renda). Comportamental: Descontrole financeiro realizar sonhos, subsistência, aplicar em empreendimentos imobiliários, liberdade e autonomia.
5	Ássimos et al. (2018)	O Consumo de Crédito como Expressão da Dívida Sob a Perspectiva de Idosos de Baixa Renda	Compreender como o consumo de crédito se expressa como dívida, ao se analisar a perspectiva de idosos de baixa renda	Pesquisa empírica, etnográfica de observação participante, região metropolitana Belo Horizonte, roteiro de entrevista semiestruturado com 120 idosos de baixa renda	Conhecimento: taxas de juros, dívida, inadimplência, facilidade de crédito. Comportamental: suprir as necessidades dos familiares, sentimento de ser útil, confiança na palavra para

				(84 mulheres e 36 homens).	“emprestar o nome”.
6	Pires et al. (2019)	Educação Financeira na Terceira Idade: Uma Análise na cidade de Marau-RS	Analisar o perfil da terceira idade de Marau-RS, em relação à gestão financeira pessoal	Pesquisa descritiva, de cunho quantitativo, por meio de uma <i>survey</i> , cuja amostra foi de 94 respondentes.	Conhecimento: Controle de gastos, consumo consciente de crédito, reserva financeira. Comportamental: uso excessivo do crédito, subsistência (saúde e alimentação).

Fonte: Elaboração própria (2020)

Nesse sentido, em relação ao conhecimento financeiro e aos fatores comportamentais que influenciam na tomada de decisão para solicitação de crédito bancário através desses estudos antecedentes, percebe-se a notável importância de investigar a percepção de aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é caracterizada como sendo um levantamento de campo (*survey*) e, segundo Freitas e Prodanov (2013), objetiva conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para obter uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. O levantamento de campo, realizado após o estudo bibliográfico, para propiciar um melhor entendimento sobre a temática. No levantamento de campo, verifica-se que “remete às investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa e instrumentos de coleta de dados” (FONSECA, 2002, p. 36).

Quanto aos objetivos, a abordagem adotada é quantitativa e descritiva, ocorrendo por meio de uma investigação empírica, em função do delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais. É uma pesquisa descritiva em virtude de o pesquisador apenas registrar e descrever os fatos observados, sem interferir neles. Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A pesquisa quantitativa usa técnicas de coleta de dados, tal como o questionário, buscando quantificar os dados coletados, ou seja, visando traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (FREITAS; PRODANOV, 2013).

3.2 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

O universo da pesquisa corresponde aos idosos aposentados, pensionistas ou beneficiários do BPC, residentes em João Pessoa, Paraíba. O universo representa a “totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 98).

Quanto à amostra, é uma fatia da população ou do universo, selecionada através de um parâmetro estabelecido ou uma regra. “Refere-se ao subconjunto do universo ou

da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população” (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 98), que no contexto deste trabalho são 50 sujeitos participantes, aposentados e pensionistas do INSS localizados na cidade de João Pessoa-PB. Desta forma, utiliza-se da amostragem não-probabilística.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados é um questionário misto (Apêndice), aplicado de modo *online*, em junho de 2020, por meio da plataforma *Form Google*, dividido em quatro partes, com 42 questões abertas e duas fechadas, totalizando 44 questões, das quais três questões são baseadas na escala Likert com cinco pontos: 1 (nunca), 2 (raramente), 3 (algumas vezes), 4 (frequentemente) e 5 (sempre). O instrumento de coleta de dados cumpre duas funções: descrever características e medir variáveis de um grupo, a partir de perguntas estruturadas. O questionário misto está dividido em quadrantes, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Questionário de Pesquisa

QUADRANTE	QUESTAO	ABORDAGEM
I	01 ao 11	Perfil Socioeconômico
II	12 ao 24	Atitude/Comportamento
III	25 ao 35	Conhecimento Financeiro
IV	36 ao 42	Detalhes sobre a Saúde Financeira do Beneficiário

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Com estes pontos definidos e delineados, o trabalho busca apreender o conhecimento e os hábitos financeiros dos sujeitos participantes da pesquisa.

3.4 PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos foram processados em planilha *excel* e colocado em percentual (%), a fim de mensurar e analisar os percentuais encontrados diante do questionário aplicado, além de verificar o índice de erros e acertos quanto aos conhecimentos financeiros do público-alvo mencionado neste trabalho.

Os dados sobre as ferramentas de controle e aspectos financeiros foram analisados em forma de quadros, tabelas e gráficos, atribuindo escores para as questões baseadas na escala de Likert, variando de 50 a 250 pontos, ou seja, cada item pode variar de 1 a 5 pontos, respectivamente (PASCHOAL; TAMAYO, 2004).

Além disso, utilizou-se o programa R para as análises estatísticas, a fim de encontrar *p-value* e a correlação entre as variáveis, com objetivo de verificar se há uma relação significativa ou não com os dados encontrados no trabalho, em especial o que estão voltados ao objetivo geral e específicos deste trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados com a aplicação do questionário misto, dos 50 respondentes, dos quais 20 homens e 30 mulheres, assemelha-se à amostra de entrevistados no estudo de Lopes et al. (2014), Almeida et al. (2015), Ássimo et al. (2018) e Pires et al. (2019), com a predominância do sexo feminino. Os resultados obtidos em relação ao perfil socioeconômico estão ilustrados no Quadro 3:

Quadro 3: Perfil Socioeconômico

Sexo		
Feminino	30	60%
Masculino	20	40%
Faixa Etária		
42 anos a 50 anos	8	16%
51 anos a 60 anos	8	16%
61 anos a 70 anos	15	30%
Acima de 71 anos	19	38%
Grau de Instrução		
Fundamental Completo	16	32%
Fundamental Incompleto	13	26%
Médio Completo	7	14%
Médio Incompleto	12	24%
Sem Instrução	2	4%
Estado Civil		
Casado(a)/União Estável	18	36%
Separado(a)/divorciado(a)	9	18%
Solteiro(a)	3	6%
Viúvo(a)	20	40%

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com o Quadro 3, observa-se que a maioria dos respondentes possui o Ensino Fundamental Completo, representando 32% da amostra, desse modo, difere dos resultados obtidos na pesquisa de Pires et al. (2019) e Bueas (2015), ao constatarem que, em sua maioria, os respondentes possui o Ensino Fundamental Incompleto.

Quanto ao estado civil, a maioria dos participantes é viúvo, com 40% dos sujeitos, enquanto 36% são casados ou estão em união estável, assemelhando-se aos respondentes do estudo de Pires et al. (2019), ao inferir que 53,2% são casados e 41,5% viúvos. Em relação à faixa etária, a maioria está com mais acima de 61 anos (68%), dos quais 38% com mais 70 anos de idade e, em seguida, com 30% de 61 a 70 anos.

O Quadro 4 apresenta a média de idade e a mediana, além dos demais elementos estatísticos em relação à idade dos respondentes.

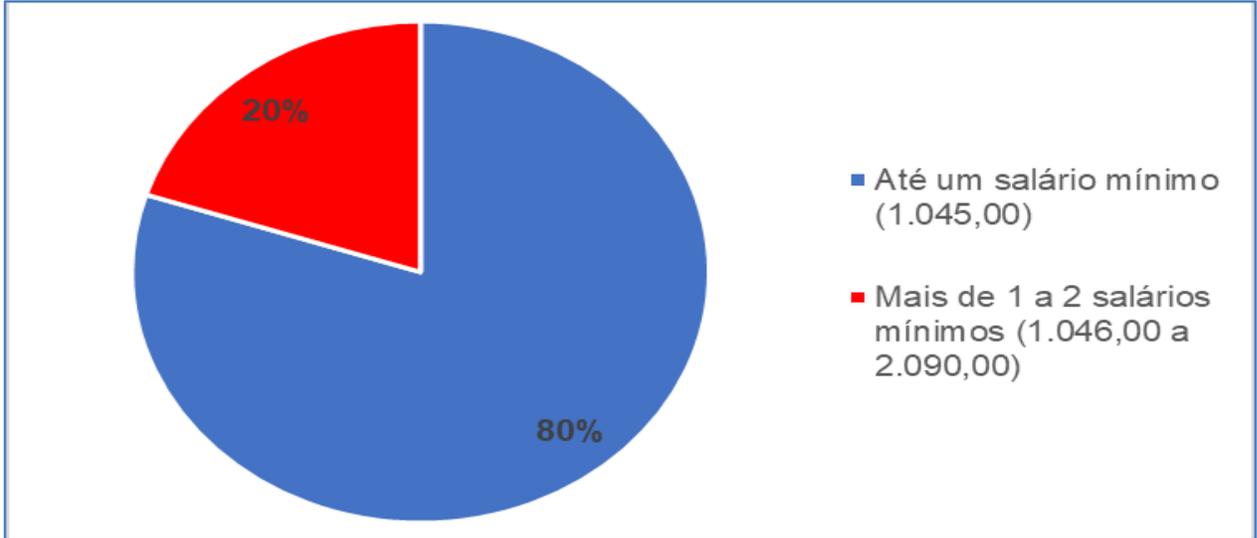
Quadro 4: Análise Estatística da Faixa Etária (idade)

Média	65,34
Mediana	69
Moda	77
Máximo	78
Mínimo	42

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir dos dados descritos no Quadro 4, observa-se que a idade média é, aproximadamente, 65 anos, cuja mediana calculada foi de 69 anos, ou seja, aproximando-se aos dados publicados nos estudos de Almeida et al. (2018), com idade média acima de 70 anos, bem como de Pires et al. (2019), entre 60 e 70 anos. Mas, distancia-se da faixa etária da pesquisa de Buaes (2015), com idosos na faixa etária entre 59 e 78 anos de idade.

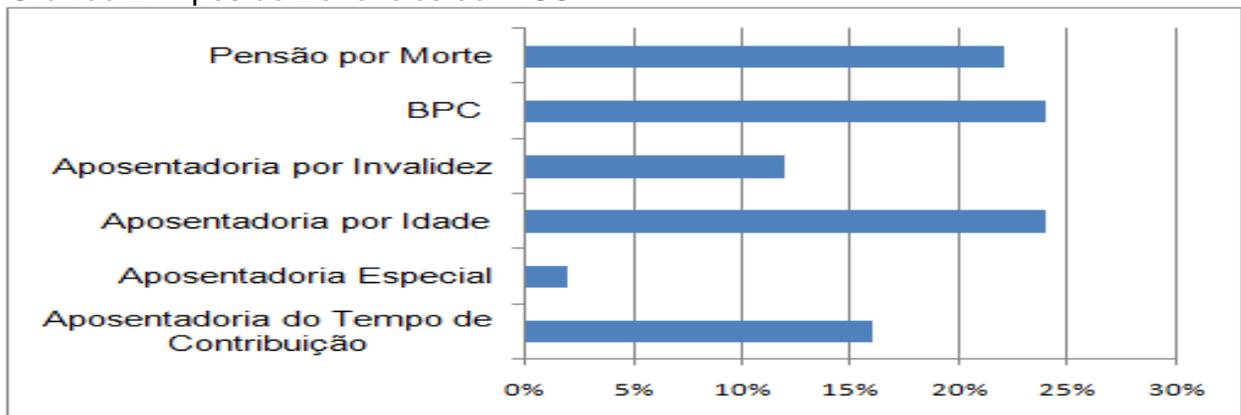
No tocante à renda familiar bruta dos idosos, os dados coletados estão disponibilizados no Gráfico 1:

Gráfico 1: Renda Familiar Bruta

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o Gráfico 1, percebe-se que 80% do público-alvo têm uma renda familiar bruta de até um salário mínimo, R\$1.045,00, enquanto 20% acima de um a dois salários mínimos. Vale ressaltar que não houve pessoas que recebessem acima de dois salários mínimos. Isto é, tais resultados corroboram com as pesquisas de Ássimos et al. (2018), Almeida et al. (2018), Buaes (2015), Almeida et al. (2015), Lopes et al. (2014) e Pires et al. (2019), por apresentarem que a maioria dos respondentes possuem renda familiar bruta de um a dois salários mínimos.

Por sua vez, em relação aos tipos de benefícios, a apresentação dos dados coletados na pesquisa estão descritos no Gráfico 2:

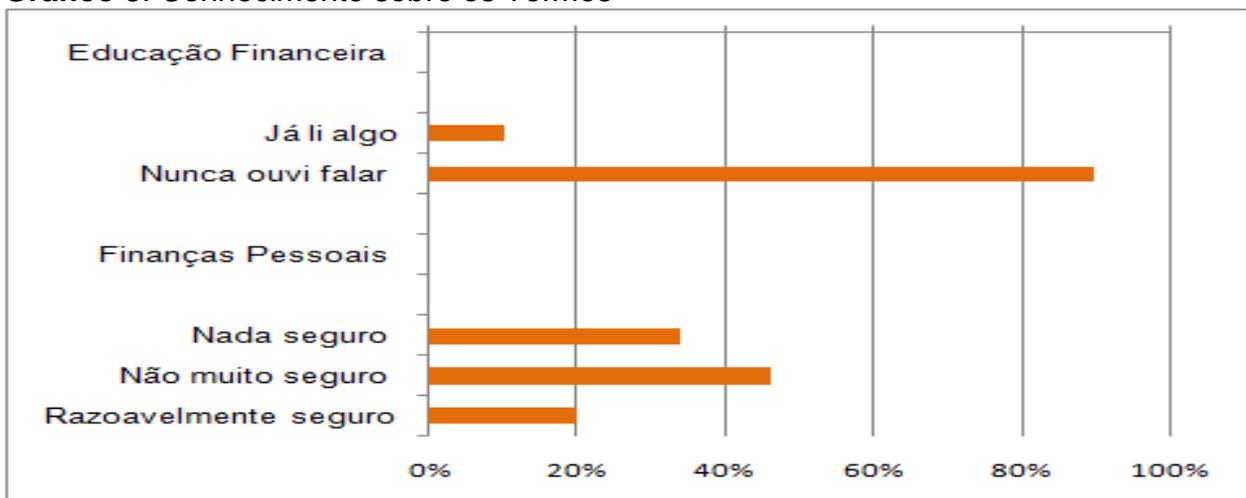
Gráfico 2: Tipos de Benefícios do INSS

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o Gráfico 2, percebe-se que, dentre os benefícios, a maioria dos respondentes é beneficiário de pensão por morte, BPC, aposentadoria por idade, sendo 24%, 24% e 20% respectivamente, enquanto aposentadoria por invalidez obteve 12%, aposentadoria especial 2% e aposentadoria por tempo de contribuição 16%. Diferenciando-se dos resultados publicizados por Pires et al. (2019) pois 91,5% são aposentados ou pensionistas, bem como os estudos de Ássimos et al. (2018), Almeida et al. (2018), Buaes (2015), Almeida et al. (2015), Lopes et al. (2014), ao focar apenas em aposentados e pensionistas.

Quanto ao conhecimento de termos inseridos na Literacia Financeira, o Gráfico 3 apresenta os resultados obtidos com os respondentes.

Gráfico 3: Conhecimento sobre os Termos



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

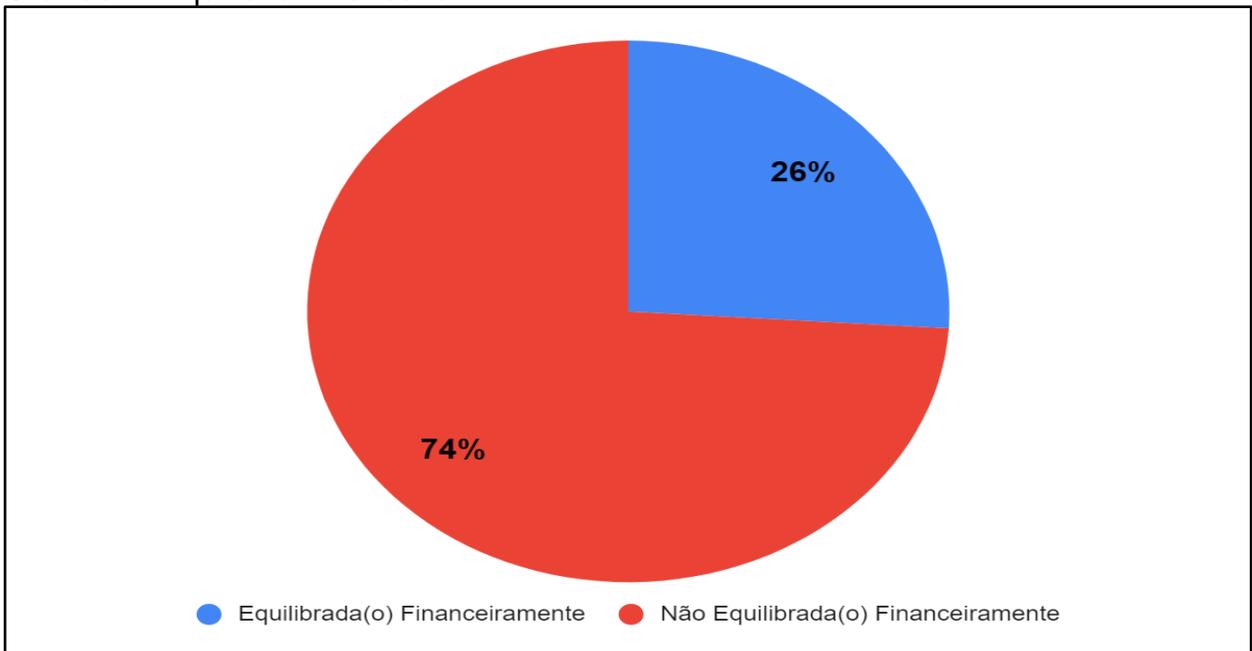
Diante do Gráfico 3, a grande maioria (90%) dos respondentes informa que nunca ouviu falar sobre Educação Financeira, o que chama atenção é que, quando o assunto é finanças pessoais, mais de 80% dos respondentes enfatizaram que desejariam um nível a mais de conhecimento, sendo um alerta, pois a ausência de conhecimento ou planejamento e controle pode acarretar no endividamento ou entrar numa bola de neve.

Essa divergência entre nunca terem ouvido falar sobre Educação Financeira e o desejo de obter mais conhecimento corrobora com os posicionamentos de Almeida et al. (2018), ao constatarem que as narrativas dos idosos entrevistados apresentava divergências com a realidade, pois afirmavam possuir conhecimento financeiro mas, não

conheciam os conceitos da Educação Financeira. Inclusive, fortalece o estudo de Bueas (2015), ao afirmar que os idosos participantes não possuíam conhecimento na área de finanças.

Quanto à segurança nas finanças pessoais, a maioria dos participantes menciona que não está muito segura e menos de 20% relataram razoavelmente seguros, tais resultados assemelham-se à pesquisa de Almeida et al. (2015) e, por outro lado, diferenciam-se do estudo de Pires et al. (2019), ao constatarem que 43,6% dos respondentes se consideram muito seguros em relação aos conhecimentos financeiros, como também da publicação de Ássimo et al. (2018), cujos respondente, em sua maioria, estão seguros de suas finanças pessoais..

Gráfico 4: Equilíbrio Financeiro



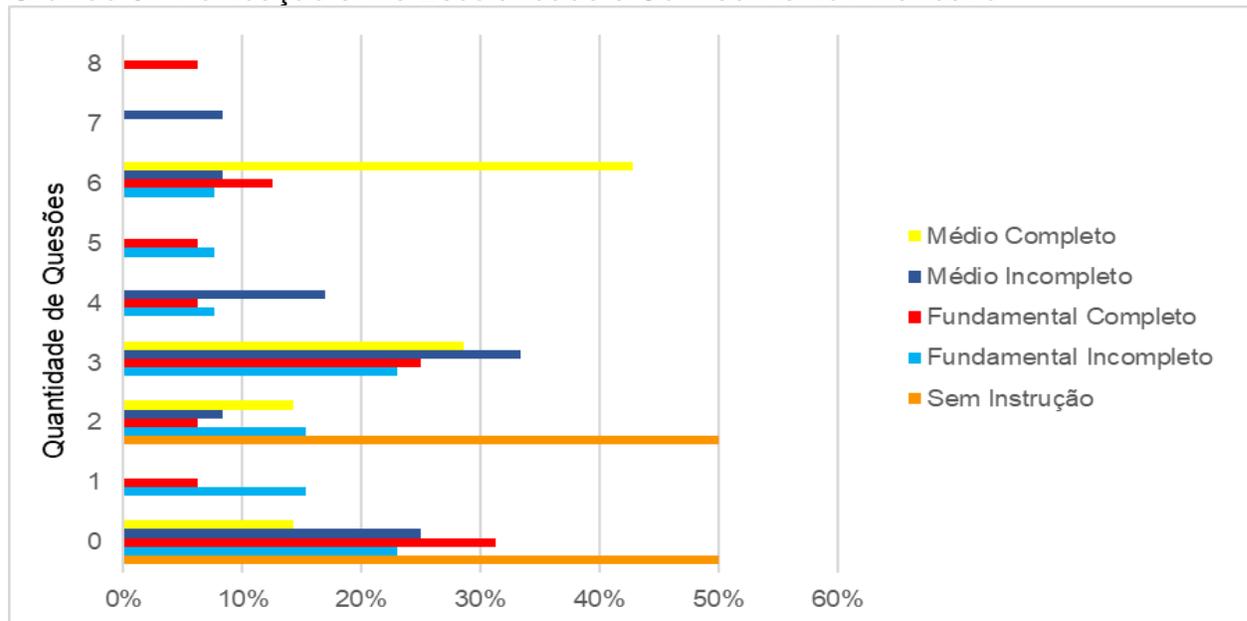
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No Gráfico 4, observa-se que a renda mensal menos os gastos totais igual ao equilíbrio financeiro, desta forma o equilíbrio financeiro desse público-alvo chama atenção pelo simples fato de 26% possuírem uma saúde financeira saudável e 74% estarem sempre com saldo negativo, acarretando possíveis juros e multas em contas por falta de controle, corroborando com os resultados de Almeida et al. (2015), ao constatarem que a grande maioria dos aposentados e pensionistas possuíam dívidas

peçoais. De fato, tais resultados diferenciam-se da pesquisa de Pires et al. (2019), em virtude de 80,8% dos idosos não possuírem dívidas e, apenas, 32,2% da amostra com o nome negativado, como também de Ássimo et al. (2018), ao evidenciarem que os participantes, em sua maioria, não estavam endividados ou com desequilíbrio financeiro.

De modo esclarecedor, para mensurar o grau de conhecimento em relação à Educação Financeira de aposentados, pensionistas e demais idosos beneficiários do INSS participantes desta pesquisa, os respondentes pontuaram um ponto em caso de acerto, e sem pontuação para os erros, isto é, de um total de 10 questões específicas, cujo acerto na totalidade corresponde a 10 pontos. Em comparação aos homens, as mulheres obtiveram uma pontuação mais elevada. Nesse sentido, ao agrupar a amostra por escolaridade, o conhecimento financeiro dos idosos foi mensurado em conformidade à pontuação obtida, tal como ilustra o Gráfico 5:

Gráfico 5: Pontuação entre Escolaridade e Conhecimento Financeiro



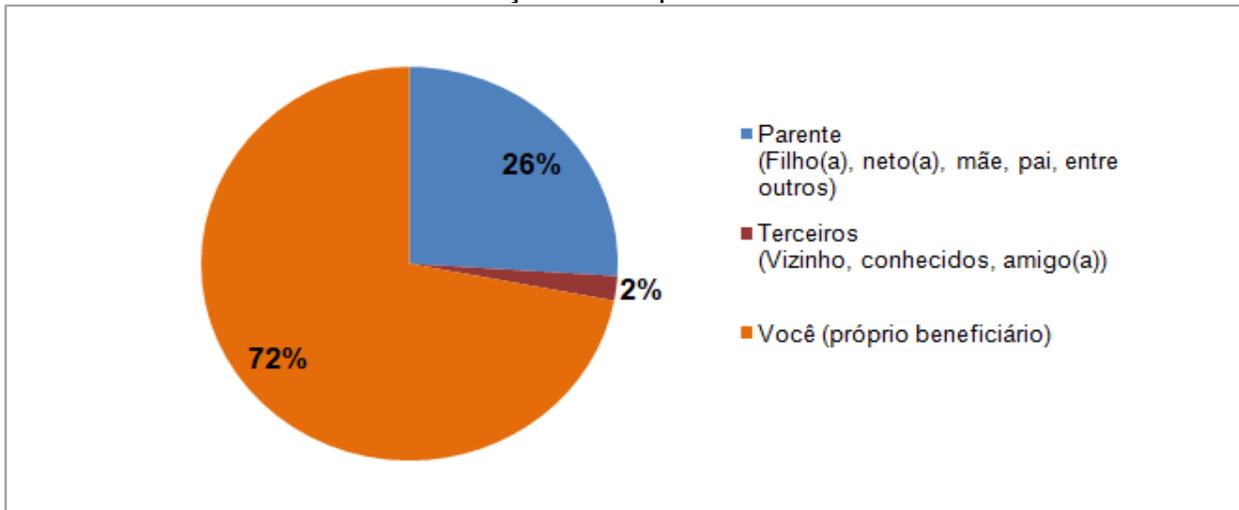
Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir da pontuação obtida no Gráfico 5, observa-se que os respondentes sem instrução apresentam os piores resultados, com metade dos idosos errando todas as respostas. A maior pontuação obtida foi por um respondente com o Ensino Fundamental Incompleto, com oito acertos, mas, no geral, os idosos com Ensino Médio Incompleto

apresentaram a maior pontuação. Assemelhando-se aos resultados obtidos por Pires et al. (2019), ao inferir sobre a relação entre escolaridade e conhecimento financeiro.

Em relação aos beneficiários dos empréstimos solicitados, o percentual das respostas obtidas está tabulado no Gráfico 6:

Gráfico 6: Beneficiários da Solicitação de Empréstimo



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A partir das informações ilustradas no Gráfico 6, constata-se que a maioria dos respondentes solicitou o empréstimo para si mesmo, com 72% da amostra e, em seguida, com 26% dos casos, os parentes são os principais beneficiários. Nesse sentido, tais constatações fortalecem as pesquisas de Almeida et al. (2018), cuja maioria dos idosos solicita empréstimos para seu próprio uso, como também corrobora com as observações de Pires et al. (2019), pois apenas 9,5% dos participantes solicitaram empréstimos bancários para beneficiar familiares.

Mas, de modo contrário, diferencia-se do resultado obtido por Ássimo et al. (2018), além de divergir dos estudos de Lopes et al. (2014) e Almeida et al. (2015), por evidenciarem que os idosos não solicitam empréstimos para si, pois costumam atender aos pedidos de familiares, principalmente filhos e netos.

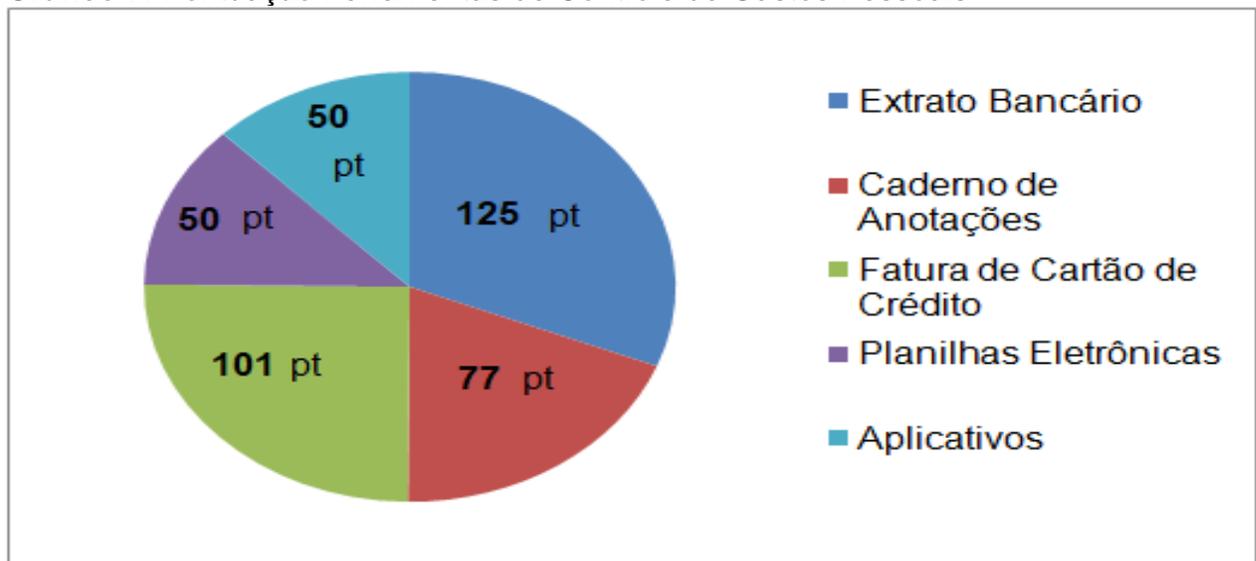
Para uma melhor compreensão do controle de gastos dos idosos, o Quadro 5 apresenta a pontuação na escala Likert.

Quadro 5: Estatística na Escala Likert da Ferramentas de Controle de Gastos

Ferramentas	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
Extrato Bancário	2,5	3	3	1	5
Fatura de Cartão de Crédito	2,02	1	1	1	5
Caderno de Anotações	1,54	1	1	1	3
Planilhas Eletrônicas	1	1	1	1	1
Aplicativos	1	1	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Nesse sentido, para um melhor entendimento das ferramentas de controle de gastos pessoais, o Gráfico 7 ilustra a pontuação dos resultados obtidos.

Gráfico 7: Pontuação Ferramentas de Controle de Gastos Pessoais

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com o Quadro 5 e o Gráfico 7, o extrato bancário obteve uma média de 2,5 pontos que, conforme a escala Likert, enquadra-se como raramente ou algumas vezes, além de ser a principal ferramenta de controle de gastos relatada pelos respondentes, em seguida a fatura de cartão de crédito com 2,02 pontos, ficando entre raramente e algumas vezes na escala Likert e, em terceiro colocado, com 1,54 pontos, o caderno de anotações entre nunca e raramente, ou seja, sendo uma ferramenta que poucas pessoas utilizam para controlar seus gastos.

De fato, com o Quadro 5, observa-se que o extrato bancário é a ferramenta de controle de gastos mais utilizada entre os idosos, visto que esse hábito deveria ser utilizado com maior frequência. O valor encontrado na moda refere-se ao valor que mais se repetiu, desta forma os respondentes enfatizaram o número três, o que representa na escala Likert algumas vezes, sendo assim a ferramenta que mais utilizam a fim controlar seus gastos ou acompanhar seus gastos.

Tais resultados diferenciam-se da pesquisa de Bueas (2015), ao identificar que as mulheres aprenderam a importância de adotar estratégias do controle financeiro na prática, com a experiência. Além da pesquisa de Pires et al. (2019), enfatizando que 45,7% utilizam controle manual, ou seja, utilizam a ferramenta caderno de anotações a fim de acompanhar as despesas da família no mês.

Por sua vez, o percentual de acertos obtidos a assuntos financeiros, o Quadro 6 apresenta os resultados obtidos:

Quadro 6: Percentual de acerto nos assuntos financeiros

Questão	Assunto	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
1ª	Juros	70%	1	1	0	1
7ª	Juros	60%	1	1	0	1
4ª	Risco	34%	0	0	0	1
5ª	Juros	32%	0	0	0	1
8ª	Juros	26%	0	0	0	1
3ª	Risco	24%	0	0	0	1
10ª	Produtos Financeiros	24%	0	0	0	1
6ª	Investimento	2%	0	0	0	1
9ª	Investimento/proteção	2%	0	0	0	1
2ª	Retorno	0%	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Conforme o Quadro 6, observa-se que os respondentes tiveram uma boa desenvoltura quando o assunto é juros, atingindo 70% e 60% nas questões de número um e sete, respectivamente. Em contrapartida, é notório que quando o assunto é

investimento e retorno, esse público não possui um conhecimento ou embasamento, visto que o resultado foi 2% e 0%, respectivamente. A questão um e sete obtiveram a moda igual a 1, ou seja, valor que se refere a acerto, enquanto o valor zero seria erro, sendo assim, o número que mais se repetiu e, conseqüentemente, que obteve melhor resultado. Nesse sentido, Bueas (2015) evidencia a compreensão das taxas dos empréstimos, especialmente o conceito de juros, em sua pesquisa, assemelhando-se aos resultados obtidos no Quadro 6.

O Quadro 7 sistematiza o escore obtido em relação ao conhecimento financeiro, agrupando em conformidade com a faixa etária.

Quadro 7: Escore de Conhecimento Financeiro em razão da faixa etária

Faixa etária	Percentual de acertos	Soma da pontuação	Média (pt)
42 a 50 anos	87,5%	14	1,75
51 a 60 anos	62,5%	28	3,5
61 a 70 anos	60%	41	2,73
71 anos ou mais	84,21%	54	2,84

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Diante dos resultados encontrados, para verificar a significância entre as variáveis utilizou-se o programa R, visando ver se com o aumento da idade haveria uma relação significativa com outra variável, neste caso com o equilíbrio financeiro, o qual remete a renda bruta menos os gastos mensais. Desta forma, encontrou-se o seguinte resultado no programa R: `cor.test(TCC$Equilíbrio,TCC$Idade)` Pearson's product-moment correlation data: TCC\$Equilíbrio and TCC\$Idade $t = 3.1083$, $df = 48$, $p\text{-value} = 0.00316$ alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0.95 percent confidence interval: 0.1478341 0.6173462 sample estimates: cor 0.4093378

Conforme o cálculo acima, por encontrar $p\text{-value}$ menor que 0,05, a hipótese nula é rejeitada, visto que não há diferença entre as médias e concluir que existe uma diferença significativa entre as variáveis. Além de encontrar a correlação próximo a um, nota-se um aumento no valor de uma variável quando a outra também aumenta, ou seja, uma relação linear positiva.

Com a intenção de encontrar outros novos resultados envolvendo a variável idade, calculou-se com o conhecimento financeiro: $\text{cor.test}(\text{TCC\$Conhecimento}, \text{TCC\$Idade})$ Pearson's product-moment correlation data: TCC\$Conhecimento and TCC\$Idade $t = -0.0095543$, $df = 48$, $p\text{-value} = 0.9924$ alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0.95 percent confidence interval: $0.27961940.2770750$ sample estimates: $\text{cor} = 0.001379038$.

Tal resultado encontrado foi diferente da primeira, visto que *p-value* foi maior que 0,05, cujo não é possível concluir que existe uma diferença significativa. Além de encontrar uma correlação perto de zero, indicando que não há relação linear entre as variáveis.

Diante do Quadro 7, refere-se ao escore obtido conforme a faixa etária, de 42 a 50 anos apresentaram melhor desempenho ao responder as questões financeiras, com um percentual de acertos de 87,5% e, em seguida se destacou os idosos com mais de 71 anos de idade que obtiveram 84,21% de acertos

No entanto, ao verificar o total da pontuação obtida em cada faixa etária e dividido pela quantidade de respondentes respectivamente a sua faixa etária, a média encontrada que mais se destacou foi das pessoas com 51 a 60 anos obtendo uma média de 3,5, o que corresponde que esse público acertou de 3 a aproximadamente 4 questões de 10 aplicadas.

Em segundo lugar estão os idosos acima de 71 anos acertando de 2 a 3 questões. Vale ressaltar que tais resultados mostram que nenhuma das faixas etárias obteve igual ou mais que 50% das respostas corretas, demonstrando falta de conhecimento sobre assuntos financeiros.

Ao relacionar o benefício do idoso ao conhecimento financeiro, os resultados obtidos estão agrupados no Quadro 8:

Quadro 8: Tipo de Benefício *versus* Conhecimento Financeiro

Tipo de aposentadoria	Quantidade	Quantidade (%)	Soma (pt)	Média (pt)
Especial	1	2%	1	1
Por Idade	12	24%	34	2,83
Por Invalidez	6	12%	13	2,16
Por Tempo de Contribuição	8	16%	29	3,62
BPC	12	24%	19	1,58
Pensão por Morte	11	22%	41	3,72

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No que se refere ao tipo de benefício e o nível de conhecimento, o Quadro 8 ilustra o desempenho de cada um deles, sendo assim, os pensionistas obtiveram uma média de acerto de 3,72, em seguida Aposentadoria por Tempo de Contribuição com 3,62. O que chama atenção é que os beneficiários do BPC foram os que obtiveram o pior desempenho, resultando em 1,58, ou seja, não chegaram a acertar 2 questões de 10 aplicadas. No tocante aos aspectos comportamentais dos idosos participantes, o Quadro 9 retrata os dados estatísticos gerados a partir da escala Likert.

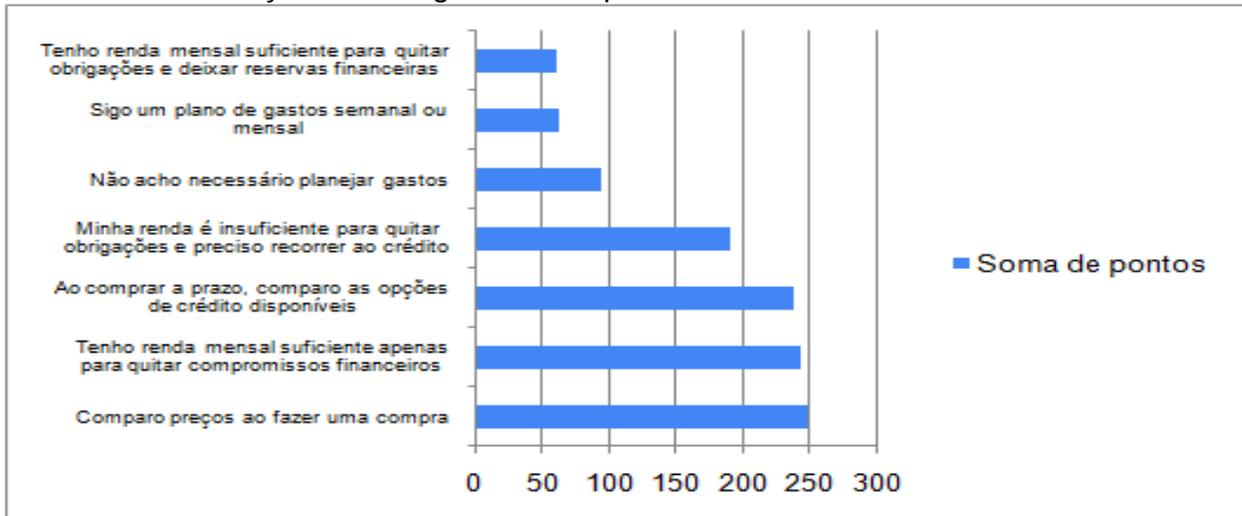
Quadro 9: Dados Estatísticos das Respostas aos Aspectos Comportamentais

Atitudes/Comportamento	Média	Mediana	Moda	Mínimo	Máximo
Comparo preços ao fazer uma compra	4,96	5	5	4	5
Tenho renda mensal suficiente apenas para quitar compromissos financeiros	4,84	5	5	2	5
Ao comprar a prazo, comparo as opções de crédito disponível	4,74	5	5	1	5
Minha renda é insuficiente para quitar obrigações e preciso recorrer a crédito	3,8	4	4	1	5
Não acho necessário planejar gastos	1,9	2	1	1	5
Sigo plano de gasto semanal ou mensal	1,24	1	1	1	4
Tenho renda mensal suficiente para quitar obrigações e reservas financeiras	1,22	1	1	1	4

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De modo complementar, o Gráfico 8 apresenta as pontuações referentes aos aspectos comportamentais dos idosos, quando o assunto é solicitação de crédito.

Gráfico 8: Pontuação das Perguntas Comportamentais



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

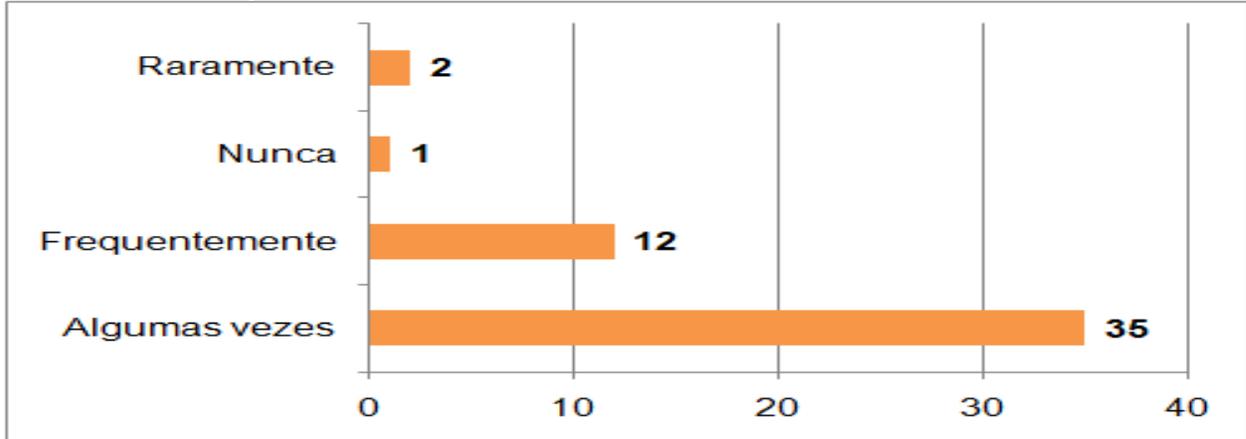
Conforme Gráfico 8, verifica-se o comportamento dos beneficiários e, diante disso, é possível perceber que comparar preço é um dos comportamentos mais fortes entre eles, atingindo 248 pontos, conforme a escala Likert. Em seguida, surge renda mensal apenas para quitar compromisso, com 242 pontos. Além disso, os respondentes enfatizaram que ao comprar a prazo realizam a comparação entre as opções de créditos disponíveis, o qual totalizou 237 pontos. Um detalhe que chama atenção é que quando perguntado sobre: Minha renda é insuficiente para quitar obrigações e preciso recorrer ao crédito a pontuação foi 190, com média de 3,8 enquadrando-se na escala como indiferente a concordo.

Por outro lado, um dos fatores comportamentais que chama atenção, com 61 pontos, é quando enfatizaram ter renda mensal suficiente para quitar obrigações e deixar reservas financeiras, ou seja, poucos idosos possuem condições para arcar com seus gastos e ainda guardar dinheiro. Outro fator foi o que atingiu 62 pontos, informando que seguem um plano de gasto semanal ou mensal, sendo assim, uma pontuação muito baixa, visto que ter o controle financeiro é essencial para não comprometer a renda e não se endividar. E por fim, idosos mencionaram que não acham necessário planejar gastos atingindo apenas 95 pontos.

Com as médias obtidas no Quadro 9, vale ressaltar que conforme a escala Likert no que se refere comparar preço os idosos ficaram com média 4,96 estando na escala entre concordo e concordo plenamente. Quando o assunto é renda mensal apenas para quitar compromisso atingiu a média de 4,84 enquadrando-se em concordo e concordo plenamente, tal aspecto é alarmante, pois mostra que a maioria dos idosos não possui sobra ou reserva financeira. Com a média de 4,74, conforme a escala, enquadrando-se entre concordo e concordo plenamente, quando o assunto é comprar em prazo e realizar a comparação entre as opções de créditos, desta forma, sendo um ponto positivo, pois mostra que antes de qualquer tomada de decisão a pesquisa é fundamental.

Os que tiveram menor pontuação em média foi ter renda mensal suficiente para quitar obrigações e deixar reservas financeiras, atingindo 1,22, estando na escala entre discordo e discordo plenamente, sendo um dos fatores que chamam atenção. Em seguida aparece seguir um plano de gasto semanal ou mensal, com média de 1,24. E quando a pergunta é não acham necessário planejar gastos, a média foi 1,9. Esses resultados apresentados conforme escala Likert enquadram-se em discordo e discordo plenamente.

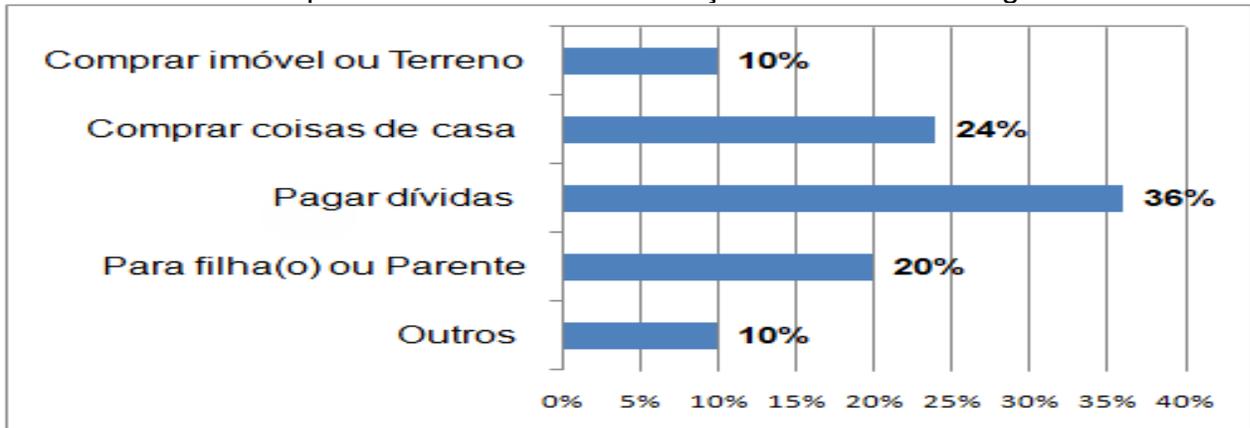
No que diz respeito aos juros por atraso, de acordo com as respostas obtidas, os resultados estão delineados no Gráfico 9:

Gráfico 9: Juros por Atraso

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Gráfico 9 retrata juros por atrasos e, diante dessa pergunta, 35 idosos enfatizaram que algumas vezes pagam juros, ou seja, representando a maioria (70% da amostra), em seguida 12 respondentes informam que, frequentemente, pagam juros por atrasar suas contas, correspondendo a 24% dos respondentes.

Ao sondar os idosos acerca dos fatores influenciadores na tomada de decisão para solicitação de crédito, o percentual das respostas obtidas está materializado no Gráfico 10:

Gráfico 10: Fatores que Influenciaram na Solicitação do Crédito Consignado

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com o Quadro 10, quando o assunto é fatores que levam a solicitar o empréstimo ou crédito bancário, 36% responderam que tinha como objetivo pegar o crédito para pagar dívidas, outros 24% relataram que fizeram para mobiliar a casa, 20%

para emprestar a filha(o) ou parente(s), e 10% para comprar um imóvel ou terreno, e os 10% restantes disseram outros motivos como: viagem, lazer, cirurgias, compra de produtos, entre outros. Ou seja, o principal aspecto motivador para a solicitação de crédito é a quitação das dívidas.

Buaes (2015) relata narrativas que reflete na maioria das vezes idosos que emprestam o nome para filha(o) e parentes a fim de suprir suas necessidades como por exemplo compra de produtos, sendo assim, assemelhando-se a pesquisa, a qual 20% enfatizaram que a solicitação do crédito é para filha(o) ou parente.

Estes idosos de baixa renda são frequentemente solicitados a tomarem empréstimos em seus nomes, especialmente por familiares em busca de juros mais baixos ou porque tais familiares estão impedidos de tomarem crédito por si mesmos por causa do nome sujo (BUAES, 2015, p. 923).

Conforme a pesquisa de Almeida et al. (2018) também corrobora, trazendo narrativas na mesma perspectiva encontrada no Gráfico 10, neste caso solicitação feita para filha(o) ou parentes:

Eu peguei empréstimo pra ajudar uma irmã que estava em dificuldade. Ela pediu um valor para tentar liquidar as dívidas dela, porque ela separou e o marido não quis assumir as dívidas. Minha renda não dá pra tirar um extra para pagar esse empréstimo, eu simplesmente emprestei meu nome. Até que estourou e fui chamada ao banco para renegociar a dívida do empréstimo. Aí eu assustei com o valor [...] O gerente fez a proposta para pegar outro empréstimo para quitar esse (ALMEIDA et al., 2018, p. 15-16).

Na pesquisa de Almeida et al. (2018) aparece relatos de solicitação para si mesmo em questão de saúde como exames, cirurgia, assemelhando-se ao da pesquisa com representatividade de 10%, cuja exemplificação é dada no seguinte relato extraído.

Eu me aposentei por invalidez, eu tive aneurisma na cabeça e fiquei três meses no hospital, aí me invalidaram no hospital [...] Peguei o dinheiro e fiz consignado para poder pagar consulta de médico, pois o SUS iria demorar e a situação não podia esperar (ALMEIDA et al., 2018, p. 18).

Lopes et al. (2019) em sua pesquisa 20% dos respondentes informaram que a solicitação do crédito seria para reformar o imóvel, e 19% para pagar dívidas, sendo

assim diferenciando-se dos dados obtidos do Gráfico 10. Assim como se diferencia da pesquisa de Pires et al. (2019) o qual informa que 80,8% dos idosos não possuem dívida ou solicitação de crédito, empréstimo ou financiamentos.

A relacionar o benefício ao equilíbrio financeiro, o resultado está sistematizado no Quadro 10:

Quadro 10: Benefício *versus* Equilíbrio Financeiro

Tipo de Benefício	Quantidade	Soma total do Equilíbrio Financeiro	Média do Equilíbrio Financeiro
Aposentadoria Especial	1	-R\$ 327,50	-R\$ 327,50
Aposentadoria por Idade	12	R\$ 2.290,00	R\$ 190,83
Aposentadoria por Invalidez	6	-R\$ 2.665,00	-R\$ 444,17
Aposentadoria do Tempo de Contribuição	8	R\$ 1.260,00	R\$ 157,50
BPC	12	-R\$ 2.084,00	-R\$ 173,67
Pensão por Morte	11	-R\$ 4.502,50	-R\$ 409,32

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Diante do Quadro 10, identificam-se quais dos beneficiários dentro de sua categoria obteve melhor desempenho financeiro. Desta forma, os beneficiários enquadrados em aposentadoria por Idade obtiveram uma soma positiva quanto ao equilíbrio financeiro e sua respectiva média continuou positiva em R\$ 190,00, sendo um público equilibrado financeiramente. Outro tipo de benefício que sobressaiu, como equilibrado financeiramente, foram os aposentados por tempo de contribuição, obtendo uma média de R\$ 157,50.

Vale destacar que os pensionistas foram os que tiveram maior saldo negativo na soma do equilíbrio financeiro, e a segunda média negativa dentre os benefícios. Embora, no Quadro 8, esse mesmo público se mostrou o contrário, obtendo um melhor resultado nas respostas do questionário, diferentemente na prática.

Com a utilização do programa R, diante dos resultados encontrados no Quadro 10, buscou-se verificar a relação da variável de equilíbrio financeiro com a renda familiar mensal, conforme o cálculo encontrado: `cor.test(TCC$Equilíbrio,TCC$Renda Familiar`

Mensal`) Pearson's product-moment correlation data: TCC\$Equilíbrio and TCC\$`Renda Familiar Mensal` t = 11.39, df = 48, p-value = 3.017e-15 alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0.95 percent confidence interval: 0.7557351 0.9150918 sample estimates: cor 0.8543617

Desta forma, percebe-se que *p-value* é menor que 0,05, mostrando que não há diferenças entre as médias, rejeitando a hipótese nula. Ao mesmo tempo, ao verificar o valor da correlação percebemos que o número é próximo de um o que remete uma relação linear positiva, ou seja, enquanto uma variável aumenta a outra também.

Continuando ainda com os testes, permaneceu-se inalterado a variável renda familiar mensal, fazendo relação agora com o conhecimento financeiro, o cálculo encontrado foi: cor.test(TCC\$Conhecimento,TCC\$`Renda Familiar Mensal`) Pearson's product-moment correlation data: TCC\$Conhecimento and TCC\$`Renda Familiar Mensal` t = 1.3644, df = 48, p-value = 0.1788 alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0.95 percent confidence interval: 0.08996241 0.44750326 sample estimates: cor 0.1932238

Em contrapartida do resultado encontrado anteriormente, observa-se que *p-value* é maior que 0,05 mostrando que não é possível concluir que existe uma diferença significativa entre as variáveis. Além disso, o valor da correlação encontra-se perto de zero o que indica que não há relação linear entre as variáveis.

Outro fator importante para verificar o comprometimento da renda do indivíduo em estudo foi verificar se há a relação entre o equilíbrio financeiro e o número de dependentes, conforme o cálculo: cor.test(TCC\$Equilíbrio and TCC\$`Dependente(s) Financeiro(s)`) Pearson's product-moment correlation data: TCC\$Equilíbrio and TCC\$`Dependente(s) Financeiro(s)` t = 0.75298, df = 48, p-value = 0.4551 alternative hypothesis: true correlation is not equal to 0.95 percent confidence interval: 0.1755818 0.3751128 sample estimates: cor 0.1080464

Com os resultados acima, observa-se que *p-value* foi maior que 0,05 e a correlação possuindo valor próximo a zero. Desta forma, não há diferença entre as médias, bem como não existe uma diferença significativa entre as variáveis, ou seja, não há uma relação linear entre as variáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da questão apresentada a questão de pesquisa foi respondida, visto que se identificou o baixo nível de conhecimento financeiro do público-alvo, o qual das 10 questões aplicadas o maior percentual de acerto foi de 37,5% com os pensionistas, mostrando o quanto o índice de conhecimento está baixo.

Conseqüentemente, o objetivo geral também foi atendido, ao perceber que dentre os beneficiários do INSS, além de baixo nível de conhecimento, a maior parte dos respondentes ter enfatizado que a solicitação do crédito pessoal ou crédito consignado era pra si mesmo, embora, diferenciando-se de outras pesquisas que relatam que os idosos buscam crédito na maioria das vezes para emprestar a familiares.

Nos objetivos específicos, a pesquisa mostrou que mesmo os pensionistas obtendo uma melhor desenvoltura nas respostas do questionário, identificou que esse mesmo público na realidade foi o que obteve maior saldo devedor, encontrando-se em primeiro lugar com desequilibrado(a) financeiramente, fato esse que chamou atenção.

Uma das limitações do trabalho foi alcançar o maior número de respondentes visto que devido à pandemia causada pelo coronavírus atingia o público-alvo da pesquisa, trazendo maior dificuldade de coletar os dados, pelo simples fato da maior parte está no isolamento social e serem de grupo de risco. Além disso, os cálculos estatísticos a fim de trazer informações precisas quanto aos dados coletados. E, por se tratar de uma pesquisa quantitativa, os respondentes ficaram limitados ao questionário sem poder se expressar muito.

Potencialidade do estudo é a idade *versus* a renda do beneficiário a fim de ver se há relação quanto mais ganha mais se gasta ou não, assim como a idade *versus* o grau de instrução. Aposentados por tempo de contribuição e por idade obtiveram um posicionamento satisfatório quando o assunto foi equilíbrio financeiro, podendo estar associado à experiência, em especial ao trabalho, diferente dos pensionistas que maior parte nunca trabalhou.

Conclui-se que se faz necessário a presença de programas governamentais que reforcem a Literacia Financeira para jovens e pessoas adultas, em especial aos idosos (aposentados e pensionistas). A pesquisa pode contribuir para estudos futuros a partir da

mesma temática, com intuito de analisar os casos de formas mais profunda. Além disso, sugere-se expandir essa pesquisa em cidades circunvizinhas, a fim de verificar se os resultados encontrados condizem com a realidade de João Pessoa.

E, bem como, buscar no que tange conhecimento financeiro, controle de gastos e tomada de decisão, verificar a relação da experiência, do trabalho, da forma que adquiriu o conhecimento quanto ao nível de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. T. et al. O Consumo de Crédito e seus Prejuízos e os Benefícios na Sociedade: Um Estudo Interpretativista na Perspectiva de Idosos como Consumidores. **Revista Alcance**, v. 25, n. 3, p. 381-401, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/53171/o-consumo-de-credito-e-seus-prejuizos-e-os-beneficios-na-sociedade--um-estudo-interpretativista-na-perspectiva-de-idosos-como-consumidores-/i/pt-br>. Acesso em: 10 nov 2020.
- ALMEIDA, G. T. et al. O impacto da política de acesso ao consumo de crédito na vida dos idosos de baixa renda. IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo... **Anais**, ESPM, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://estudosdoconsumo.com/wp-content/uploads/2018/11/ENEC2018-GT02-ALMEIDA-CAPELES-DUARTE-RAMOS-OImpactoDaPoliticaDeAcessoAoConsumoDeCreditoNaVidaDosIdososDeBaixaRenda.pdf>. Acesso em: 10 nov 2020.
- ÁSSIMOS, B. M. et al. O Consumo de Crédito como Expressão da Dívida sob a Perspectiva de Idosos de Baixa Renda. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 17, n. 6, p. 914-930, 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/51920/o-consumo-de-credito-como-expressao-da-dadiva-sob-a-perspectiva-de-idosos-de-baixa-renda>. Acesso em: 10 nov 2020.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. Measuring Financial Literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE). **Pilot Study. Working Paper**, nº 15. OECD Publishing, 2012. Disponível em: http://www.oecd-ilibrary.org/finance-andinvestment/measuring-financial-literacy_5k9csfs90fr4-en. Acesso em: 12 nov. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS. ANBIMA. **Raio x do investidor brasileiro**: 2 ed. Panorama 2018. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor2019.htm. Acesso em 15 nov 2020.
- _____. **Raio x do investidor brasileiro**: Descubra como o brasileiro cuida de seu dinheiro e investimentos. Panorama de 2017. Disponível em: http://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2018.htm. Acesso em: 13 nov 2020.
- AZEVEDO, José de. **Histórias que vivi**. 1 ed. São Paulo:Vozes, 1994.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, 5 out. 1988, Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28 out 2020.
- _____. Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741

%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos.. Acesso em: 10 nov 2020.

_____. Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.820.htm. Acesso em: 19 nov 2020.

_____. Lei n. 13.172, de 21 de outubro de 2015. Altera as Leis n.º 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de pagamento de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito. **Diário Oficial da União**, 22/10/2015, p. 2, col. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13172.htm. Acesso em: 10 nov 2020.

Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 nov 2020.

_____. Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem n.º 93, de 18 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Edição Extra n. 55, col. 1, p. 1, 20 mar 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 20 out 2020.

_____. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/2010, Página 7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 25 out 2020.

_____. Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 10/6/2020, Página 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 10 nov 2020.

_____. Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos da previdência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 24 jul. 1991, Seção 1, p. 14809. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213_cons.htm. Acesso: 14 out 2020.

BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 105-127, mar 2015. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362015000100105&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.

CAMPOS, E. Poupança tem saída recorde de R\$ 3,264 bilhões em outubro. **Valor Econômico**, v, 5, n. 6, nov. 2015.

COSTANZI, R. N. et al. A Experiência do Microempreendedor Individual na Ampliação da Cobertura Previdenciária no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 4, p. 387-406, out./dez. 2014.

FERREIRA, J. C. A importância da Educação Financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, v.1, Ano 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268/25017>. Acesso em: 10 nov 2020.

FREITAS, E. C; PRODANOV, C. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª Ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico**: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 20 nov 2020.

KLEIMANN. Seguro e seguridade social: apontamentos acerca da evolução da proteção social. **Revista da PGE do RS**. v. 34, n. 71, p. 9-32. Porto Alegre, 2013.

LOPES, P. L et al. Levantamento do Perfil dos Idosos Aposentados e Pensionistas Usuários de Empréstimo Consignado do Município de Barra do Piraí/RJ. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 11, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AEDB, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22920308.pdf>. Acesso em: 10 nov 2020.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 32. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. A reforma do sistema previdenciário. In CARVALHO FILHO, Celecino de (Org.). **Ciclo de Estudos sobre Seguridade Social**. v. III. Previdência Social. São Paulo: ANFIP, 1994.

MOURA, R. Crédito Consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência. **SER Social**, v. 18, n. 39, p. 374-390, 7 fev. 2017.

MUNDY, S.. Financial Education Programmes in Schools: Analysis of Selected Current Programmes and Literature – Draft recommendations for best practices. **OECD**. Mimeo. 2011.

MUÑOZ-MURILLO et al. The role of cognitive abilities on financial literacy: New experimental evidence, **Journal of Behavioral and Experimental Economics**, v. 84, 2020. Disponível em:
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214804319300886>. Acesso em: 15 nov 2020.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**, 2013. Disponível em:
http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf . Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. National Strategies for Financial Education: **OECD/INFE Policy Handbook**, 2015.

PASCHOAL, T.; TAMAYO, A. Escala de estresse no trabalho – EET. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 45-52, 2004.

PIRES, A. P. R. et al. Educação Financeira na Terceira Idade: Uma Análise na cidade de Marau-RS XIX Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão... **Anais**, 2019. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspppga/xixmostrappga/paper/view/6321>. Acesso em: 10 nov 2020.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.

POTRICH, A. C. G. et al. Educação Financeira dos gaúchos: proposição de uma medida e relação com as variáveis socioeconômicas e demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, 2015.

QFINANCE. **Definition of attitude**. Qfinance – The ultimate Financial Resource, 2013. Disponível em: <http://www.qfinance.com/dictionary/attitude>. Acesso em: 30 out 2020..

RESENDE, R.. **Direito do Trabalho esquematizado**, 3 ed, Rio de Janeiro: Editora Forense, São Paulo: Editora Método, 2013.

ROOIJ, M. C. J. V. et al. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 4, p. 593-608. 2011.

SANTOS, M. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 2012.

SERASA. **Estudo inédito da Serasa revela onde estão os idosos inadimplentes no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://positivo.serasaexperian.com.br/estudo-inedito-da-serasa-revela-ondeestao-os-idosos-inadimplentes-brasil/> . Acesso em: 15 nov 2020.

SILVA, R.A. **Educação financeira**: desafios de nosso tempo. Dissertação (mestrado em Ensino das Ciências na Educação Básica), Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2019.

SILVA, E.R.; SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília: Vozes, 2002. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0934.pdf. Acesso em: 28 out 2020.

APÊNDICES

Este instrumento de coleta de dados refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso sobre a **Literacia Financeira** voltado aos Aposentados e Pensionistas do INSS da grande João Pessoa. As informações são inteiramente acadêmicas, e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações científicas, sendo *sempre* sem fins lucrativos e resguardando a identidade dos sujeitos respondentes. Agradecemos sua contribuição!

PARTE I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Gênero

Feminino	1	Masculino	2
Não-binário	3	Prefiro não declarar	4

2. Ano de Nascimento: _____

3. Estado Civil:

Solteiro(a)	1	Viúvo(a)	4
Casado(a)/união estável	2	Outro: _____	5
Separado(a)/divorciado(a)	3		

4. Qual o seu grau de instrução?

Sem Instrução	1	Superior Incompleto	6
Fundamental Incompleto	2	Superior Completo	7
Fundamental Completo	3	Pós-Graduação	8
Médio Incompleto	4	Outro: _____	9
Médio Completo	5		

5. Quantos dependentes financeiros você tem? _____

6. Atualmente, você está em atividade profissional:

Formal	1	Não trabalho	4
Informal	2	Outra: _____	5
Tanto Formal como Informal	3		

7. Em relação a essa atividade profissional (ATIVIDADE PRINCIPAL), você é:

Empregador/Proprietário	1	Desempregado +1ano	7
Autônomo	2	Desempregado -1ano	8
Empregado c/ cart. assinada	3	Aposentado/Pension.	9
Empregado s/ cart. assinada	4	D. Casa	1
Funcionário público	5		0
Estudante / estagiário(a)	6	Vive de renda	1
			1
		Outra: _____	1
			2

8. O imóvel onde mora atualmente é?

Próprio quitado	1	Cedido	4
Próprio financiado	2	Mora com os pais	5
Alugado	3	Outro: _____	6

9. Quantas pessoas moram com você (incluindo o entrevistado)? _____

10. Qual a sua renda FAMILIAR mensal?

Não tenho renda	1
Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.045)	2
Entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 1.045 a R\$ 1.996)	3
Entre 2 e 3 salários mínimos (R\$ 1.996 a R\$ 2.994)	4
Entre 3 e 5 salários mínimos (R\$ 2.994 a R\$ 4.990)	5
Entre 5 e 10 salários mínimos (R\$ 4.990 a R\$ 9.980)	6
Entre 10 e 15 salários mínimos (R\$ 9.980 a R\$ 14.970)	7
Entre 15 e 20 salários mínimos (R\$ 14.970 a R\$ 19.960)	8

Mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 19.960)	9
--	---

11. Qual o tipo de benefício de INSS você recebe:

Aposentadoria por Idade	1
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	2
Aposentadoria por Invalidez	3
Aposentadoria Especial	4
Pensão por Morte	5
BPC	6

PARTE II – CONHECIMENTO FINANCEIRO

12.

Diante do termo Educação Financeira como você se posiciona?

Nunca ouvi falar	1
Já li algo. Porém, desconheço o assunto.	2
Sei do que se trata, mas não aplico.	3
Sei do que se trata e aplico no meu dia-a-dia	4

13.

A respeito do seu conhecimento sobre finanças pessoais, você se sente:

Nada seguro – gostaria de ter um melhor nível	1
Não muito seguro – gostaria de saber um pouco mais	2
Razoavelmente seguro – conheço a maioria das coisas	3
Muito seguro – Possuo conhecimento amplo	4

14.

Suponha que você tenha R\$ 6.000,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? (Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro).

Mais de R\$ 6.000	1	Menos de R\$ 6.000	3
Exatamente R\$ 6.000	2	Não sei	4

15.

Considerando um período de 5 ANOS, qual investimento oferece provavelmente MAIOR RETORNO?

Poupança	1	Ações	3
Títulos Públicos	2	Não sei	4

16.

Qual das opções a seguir oferece MAIOR RISCO?

Poupança	1	Ações	3
Títulos Públicos	2	Não sei	4

17.

Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes produtos financeiros, o RISCO de perder dinheiro:

Aumenta	1	Permanece o mesmo	3
Diminui	2	Não sei	4

18.

Suponha um EMPRÉSTIMO de R\$ 10.000 para ser pago após um ano. O custo total com os juros é de R\$ 600,00. A TAXA DE JUROS que você irá pagar nesse empréstimo é de:

0,3%	1	6%	4
------	---	----	---

0,6%	2
3%	3

10%	5
Não sei	6

Cartão de Crédito	2
Cheque	3

Crediciário/Carnê	5
Financiamento	6

19.

Caso você tivesse dinheiro sobrando para investir, sem ter prazo para resgatar, qual alternativa abaixo você acreditaria ser a **MELHOR OPÇÃO?**

Fundos de investimento, risco médio e ganhos medianos.	1
Poupança, pouco risco e ganhos menores.	2
Ações, risco elevado e ganhos maiores.	3
Bens duráveis (veículos e imóveis), maior segurança.	4

20.

Uma decisão de financiamento em 5 ANOS, ao invés de ser em 3 anos, implica normalmente em **JUROS:**

Maiores	1	Iguais	3
Menores	2	Não sei	4

21.

Imagine que a taxa de juros incidente sobre sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? (Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro).

Mais do que hoje	1	Exatamente o mesmo	3
Menos do que hoje	2	Não sei	4

22.

Qual dos investimentos abaixo você considera como de maior **PROTEÇÃO** para sua família em caso de desemprego?

Depósito em conta corrente	1
Aplicação financeira, por exemplo, fundo de renda fixa	2
Aplicação em bens duráveis como carro e imóvel	3

23.

Qual dos seguintes produtos financeiros **NÃO É** associado a **GASTOS?**

Cartão de débito	1
Certificado de depósito bancário (CDB)	2
Dinheiro	3
Cartão de crédito	4

24.

A respeito de sua educação financeira, responda:

SIM (1); NÃO (0)

Já participou de algum curso, palestra, congresso ou seminário sobre educação financeira?	1	0
Já teve contato com algum material (livro, revista, Internet) sobre Educação Financeira?	1	0

PARTE III – ATITUDE/COMPORTAMENTO

25.

Com que frequência você utiliza as seguintes ferramentas de **CONTROLE** de gastos? Responda na escala: (1) Nunca; (2) Raramente; (3) Algumas vezes; (4) Frequentemente; (5) Sempre.

Caderno de anotações	1	2	3	4	5
Extrato bancário	1	2	3	4	5
Fatura do cartão de crédito	1	2	3	4	5
Planilhas eletrônicas	1	2	3	4	5
Aplicativos	1	2	3	4	5

26.

Quando você compra um bem ou contrata um serviço costuma realizar o pagamento:

À vista	1	Empréstimo	4
---------	---	------------	---

27.

Qual a principal finalidade de uso do seu 13º Salário?

Aplica na Poupança	1
Quita prestações/obrigações em atraso	2
Antecipa o pagamento de prestações/obrigações	3
Utiliza no período de férias	4
Outra:	5

28.

Ao comprar, você compra porque (motivo principal):

Planejou	1	Está em liquidação	4
Está na promoção	2	Tem crédito pré-aprovado	5
Tem necessidade	3	Quer satisfazer um desejo	6

29.

Responda na escala: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo parcialmente; (3) Indiferente; (4) Concordo; (5) Concordo plenamente

1	Tenho renda mensal suficiente para quitar obrigações e deixar reservas financeiras	1	2	3	4	5
2	Tenho renda mensal suficiente apenas para quitar compromissos financeiros	1	2	3	4	5
3	Minha renda é insuficiente para quitar obrigações e preciso recorrer ao crédito	1	2	3	4	5
4	Passarei a fazer planejamento financeiro quando acumular mais patrimônio.	1	2	3	4	5
5	Não acho necessário planejar gastos	1	2	3	4	5
6	Sempre pago o(s) meu(s) cartão(ões) de crédito na data de vencimento	1	2	3	4	5
7	Prefiro comprar um produto financiado para tê-lo de imediato	1	2	3	4	5
8	Prefiro juntar dinheiro para comprar um produto à vista	1	2	3	4	5
9	Comparo preços ao fazer uma compra	1	2	3	4	5
10	É importante estabelecer metas financeiras	1	2	3	4	5
11	Sigo um plano de gastos semanal ou mensal	1	2	3	4	5
12	Poupo para comprar um produto mais caro	1	2	3	4	5
13	Ao comprar a prazo, comparo as opções de crédito disponíveis	1	2	3	4	5
14	Consigo identificar os custos que pago ao financiar um bem ou serviço	1	2	3	4	5

30.

Você já teve que pagar juros por atraso de pagamento?

Nunca	1	Frequentemente	4
Raramente	2	Sempre	5
Algumas vezes	3		

COMPROMETIMENTO DE RENDA

31.

Considerando as opções a seguir, qual a FAIXA MENSAL de sua renda comprometida (em R\$) com? (1) 0; (2) Até 100; (3) Mais de 100 a 200; (4) Mais de 200 a 300; (5) Mais de 300 a 500; (6) Mais de 500 a 1.000; (7) Mais de 1.000.

Nº	Descrição dos itens							
31.1. Gastos com HABITAÇÃO								
1	Água	1	2	3	4	5	6	7
2	Energia Elétrica	1	2	3	4	5	6	7
3	Telefone/internet	1	2	3	4	5	6	7

4	Condomínio	1	2	3	4	5	6	7
5	Funcionário(a)/Diarista	1	2	3	4	5	6	7
6	Financiamento de imóvel	1	2	3	4	5	6	7
7	Aluguel	1	2	3	4	5	6	7
8	Alimentação (Padaria, Feira, Supermercado)	1	2	3	4	5	6	7
9	IPTU / ITR	1	2	3	4	5	6	7
31.2.								
Gastos com LAZER								
1	Restaurantes/bares/lanchonetes	1	2	3	4	5	6	7
2	Shows/Cinema/Teatro	1	2	3	4	5	6	7
3	Viagens de Lazer (passagens aéreas, seguro viagem e outras despesas com viagem)	1	2	3	4	5	6	7
4	Hospedagem (Hotel/Resort/Flat/Pousada)	1	2	3	4	5	6	7
5	Clubes e materiais esportivos	1	2	3	4	5	6	7
6	PET	1	2	3	4	5	6	7
7	Festas / Presentes	1	2	3	4	5	6	7
31.3.								
Gastos com EDUCAÇÃO								
1	Escola	1	2	3	4	5	6	7
2	Faculdade/Universidade	1	2	3	4	5	6	7
3	Cursos de Capacitação	1	2	3	4	5	6	7
4	Cursos de Idiomas	1	2	3	4	5	6	7
5	Livros e Materiais Escolares	1	2	3	4	5	6	7
31.4.								
Gastos com MOBILIDADE								
1	Financiamento de veículo	1	2	3	4	5	6	7
2	Manutenção de Veículo	1	2	3	4	5	6	7
3	Combustível	1	2	3	4	5	6	7
4	IPVA	1	2	3	4	5	6	7
5	Uber/Táxi	1	2	3	4	5	6	7
6	Estacionamento	1	2	3	4	5	6	7
7	Seguro	1	2	3	4	5	6	7
8	Transporte Coletivo	1	2	3	4	5	6	7
31.5.								
Gastos com SAÚDE								
1	Plano de saúde	1	2	3	4	5	6	7
2	Farmácia	1	2	3	4	5	6	7
3	Academia / Pilates	1	2	3	4	5	6	7
4	Médicos (Consultas/Procedimentos/Exames)	1	2	3	4	5	6	7
31.6.								
Outros Gastos								
1	Aquisição de bens permanentes	1	2	3	4	5	6	7
2	Doações	1	2	3	4	5	6	7
3	Vestuário e Acessórios	1	2	3	4	5	6	7
4	Produtos de Higiene e Beleza	1	2	3	4	5	6	7
5	Compras (produtos e serviços não citados)	1	2	3	4	5	6	7
31.7.								
Comprometimento com DÍVIDAS								
1	Cartão de Crédito (Juros)	1	2	3	4	5	6	7
2	Cheque especial	1	2	3	4	5	6	7
3	Empréstimos (crédito pessoal)	1	2	3	4	5	6	7
4	Empréstimos consignados	1	2	3	4	5	6	7
31.8.								
Meios de Pagamento								
1	Cartão de Crédito (Fatura)	1	2	3	4	5	6	7
2	Carnê / Crediário	1	2	3	4	5	6	7
3	Cheque	1	2	3	4	5	6	7
4	Dinheiro (pagamentos à vista)	1	2	3	4	5	6	7
5	Cartão de débito	1	2	3	4	5	6	7

32.
Possui o hábito de poupar/investir?

Sim	1
Não	0

33.
Se respondeu NÃO na questão 36, qual o PRINCIPAL impedimento ou dificuldade para sua formação de poupança?

Nível de Consumo	1
Compromisso com financiamento	2
Dívidas com empréstimos	3
Os ganhos são suficientes apenas para gastos mensais	4
Outro motivo: _____	5

34.
Se respondeu SIM na questão 36, quais são suas aplicações (pode responder mais de uma)?

Caderneta de Poupança	1
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2
Fundo de Renda Fixa	3
Fundo de Ações	4
Ações	5
Debêntures	6
Títulos públicos	7
Fundo de Previdência	8
LCI/LCA	9
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	10
Derivativos	11
Outra: _____	12

35.
Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

Não me preocupei com isso ainda	1
Pretendo ter apenas a aposentadoria do Governo	2
Tenho um plano de previdência privada	3
Tenho planos de começar a poupar para isso	4
Não vejo necessidade de poupar para isso	5

PARTE IV - INFORMAÇÕES DA VIDA FINANCEIRA DO BENEFICIÁRIO

36. V
ocê tem algum Empréstimo atualmente sendo descontado do seu benefício?

Sim	1
Não	2

37. V
ocê já renovou seu Empréstimo Consignado ou Pessoal?

Sim	1
Não	2

38. Q
ual foi a finalidade do Empréstimo solicitado?
Exemplo: Comprar uma casa.

39. A
solicitação do seu Empréstimo foi para:

Você (o Próprio Beneficiário)	1
Parente (Filho(a), neto(a), mãe, pai, primo(a), entre outros	2
Terceiros (vizinho, conhecidos, amigo(a))	3

40. A
Atualmente, quanto você recebe líquido (R\$) descontando o Empréstimo:

Até 500 reais	1
De 501 a 690 reais	2
De 691 a 700 reais	3
Acima de 701 reais	4
Acima de 800 reais	5
Acima de 900 reais	6
Salário mínimo 1.045	7
Outro Valor (especificar):	

41. A
Atualmente, você possui quantos empréstimos ativos?

Apenas 1	1
2 a 3 empréstimos	2
4 empréstimos	3
Acima de 4 empréstimos	4

42. E
Em qual banco você possui os descontos do empréstimo?

Santander	1
Banco do Brasil	2
Caixa Econômica Federal	3
BMG	4
BRADESCO	5
Itaú	6
Outro(s): _____	7

Grato por sua participação!